



UNIDADE REGIONAL ALTO SÃO FRANCISCO
Transcrição da 134ª reunião, realizada em 09 de novembro de 2017

1 Em 09 de novembro de 2017, reuniu-se extraordinariamente a Unidade
2 Regional Colegiada Alto São Francisco (URC Alto São Francisco) do
3 Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), no Auditório
4 SEST/SENAT, Rua Martin Cypriem, 1.100, Bairro Bela Vista – Divinópolis -
5 Minas Gerais. Participaram os seguintes membros titulares e suplentes:
6 “José Oswaldo Furlanetto, Superintendente Regional da SUPRAM – Sul de
7 Minas; Wellington Dias Silveira, Secretaria de Estado de Agricultura,
8 Pecuária e Abastecimento – SEAPA; Giovanardi Marco Alves, Secretaria de
9 Estado de Cidades e de Integração Regional – SECIR; Lucas José Oliveira,
10 Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG; Vandir Zacarias
11 da Silva, Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas – SETOP;
12 Flávia Alves de A. Rodrigues, Ministério Público de Minas Gerais – MPMG;
13 1º TEN. PM Luciano Marcelo de Oliveira, Polícia Militar de Minas Gerais –
14 PMMG; Francisco de Faria Campos Júnior, Prefeitura Municipal situada na
15 área de abrangência da URC; Rafaela Lúcia Martins de Oliveira, Comitê da
16 Bacia Hidrográfica – CBH; Edécio José Caçado Ferreira, Federação da
17 Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais – FAEMG; Cinara Lucinei
18 Mendes, Federação das Associações Comerciais, Industriais, Agropecuárias
19 e de Serviços do Estado de Minas Gerais – FEDERAMINAS; Clever Greco
20 Magalhães, Conselho Municipal de Meio Ambiente - CODEMA; Conselheiro
21 José Hermano Oliveira Franco, Associação AMA Pangéia – Amigos do Meio
22 Ambiente; Roger Alexandre Nogueira Gontijo, Conselho Regional de
23 Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Minas Gerais - CREA. **Assuntos**
24 **em pauta.** **1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.** **2.**
25 **ABERTURA.** O Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento
26 Sustentável, Patrick de Carvalho Timochenco, declarou aberta a 134ª
27 reunião da Unidade Regional Colegiada Alto São Francisco. **Presidente**
28 **Patrick de Carvalho Timochenco:** “Considera-se aberta então a 134ª Reunião
29 Ordinária Extraordinária da Unidade Regional Colegiada Alto São Francisco,
30 Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM. Só fazer um
31 comunicado ligeiro. A presença como suporte do pessoal do NAI – Núcleo de
32 Auto de Infração. Também a presença dos Núcleos de Regularização
33 Ambiental Arcos, Oliveira e Pará de Minas e para a gente tirar as dúvidas, o
34 pessoal vai estar ajudando a dissolvê-las aí. Passo então para o 3º item da
35 pauta. Comunicado dos Conselheiros e Assuntos Gerais. Fica aberta a
36 palavra. **3) COMUNICADO DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.**
37 **Conselheiro José Hermano Oliveira Franco:** “Bom dia a todos. Pela segunda

38 vez eu não recebi o e-mail. Eu queria deixar registrado, porque eu fiquei
39 sabendo por acaso da reunião de novo. E ia ser muito ruim, porque eu tive
40 tempo ontem. Mal de mal *en passant*, dei só uma olhada nos processos.
41 Então é muito ruim só olhar superficialmente igual eu fiz ontem. E até corrigi,
42 corrigi assim, escrevi de novo meu e-mail ali para ver se consegue enviar
43 antes com tempo hábil para a gente pelo menos estudar ou ler, porque ter o
44 hábito de ler isso lá. Claro que os outros, os mais simples aqui de supressão,
45 que nem precisava passar nessa casa aqui, na verdade na minha opinião,
46 tanto faz, mas nos outros aqui faz diferença sim. Tá? Márcio, Supram/ASF:
47 “É só para esclarecer que os e-mails são encaminhados para aqueles
48 cadastrados junto à Semad.” Conselheiro José Hermano Oliveira Franco:
49 “São os mesmo, não mudou. Márcio, Supram/ASF: “Não mudou?”
50 Conselheiro José Hermano Oliveira Franco: “Não. E não está chegando.”
51 Márcio, Supram/ASF: “Entendi, é porque tem alguns que pedem para
52 mandar no e-mail particular e aí cabe à instituição encaminhar para eles. A
53 Semad encaminha para aqueles cadastrados na Semad.” Conselheiro José
54 Hermano Oliveira Franco: “Não é o meu caso, assim no sentido. É o mesmo
55 e-mail há anos. Márcio, Supram/ASF: “Está ok, vamos verificar.” Conselheiro
56 José Hermano Oliveira Franco: “É um outro problema.” Márcio, Supram/ASF:
57 “Vamos conferir lá.” Conselheiro Edélcio José Cançado Ferreira:
58 “A minha reclamação é a mesma do José Hermano. Porque na reunião
59 passada do dia 19, eu fui comunicado pelo Túlio que estava presente aqui
60 quando ela foi cancelada. O Túlio estranhou a minha ausência e me ligou
61 para saber o quê que estava acontecendo. Eu não fui comunicado. O meu e-
62 mail é o mesmo desde a primeira reunião que eu participo aqui. Nessa
63 última, a Supram me ligou. Há 02 dias atrás ela me ligou para confirmar a
64 minha presença. E eu já passei para ela as informações, e só gostaria de
65 deixar registrado para que evite esse contratempo. Aconteceu a mesma
66 coisa com o José Hermano. Eu tive pouco tempo para poder verificar o quê
67 que está acontecendo, os processos que vão passar, estão pautados aqui
68 hoje. E como a gente tem outras atividades também, tendo um prazo maior a
69 gente tem mais tempo. Principalmente o fim de semana para olhar isso.
70 Obrigado.” Presidente Patrick de Carvalho Timochenco: “Agradecido pela
71 manifestação dos dois Conselheiros. A gente vai conferir lá como é que está,
72 o quê que está havendo para a gente resolver isso aí tá? Até também essa
73 questão de prazo do recebimento desse material. Mais algum Conselheiro?
74 Ok gente? Podemos passar então para o exame?” **4) Exame da Ata da 133^a**
75 **RO de 17/08/2017.** Presidente Patrick de Carvalho Timochenco: “Exame da
76 ata da 133^a Reunião Ordinária, de 17/08/2017. Algum comentário?” Não se
77 identificou: “Abstenção, pela não participação.” Presidente Patrick de
78 Carvalho Timochenco: “Mais algum comentário? Ok gente. Então considere-
79 se como aprovada, isso? Maravilha. Passando então para o 5º item.” **5)**
80 **Processos Administrativos para exame de requerimento para**

81 **Intervenção Ambiental em Bioma Mata Atlântica, em estágio de**
82 **regeneração médio ou avançado, não vinculados ao Licenciamento**
83 **Ambiental. 6) Processos Administrativos para exame de Recurso de**
84 **Autos de Infração.** Presidente Patrick de Carvalho Timochenco: “E como já
85 vem sendo feito e foi feito na reunião passada, eu vou ler tudo tá? Pode ser
86 gente. e algum destaque, manifesta. A gente anota e depois a gente volta na
87 discussão, processo a processo, ok? **Item 5.1 Leandro Sodré**
88 **Rodrigues/Fazenda Pouso Alegre - Pecuária - Formiga/MG - PA/Nº**
89 **13010005744/12 - Área de RL: 7,6700 ha - APP: 6,1072 ha - Área**
90 **Requerida: 9,0000 ha - Área Passível de Aprovação: 3,1400 ha.**
91 **Fitofisionomia: Cerrado/Floresta Estacional Semidecidual. Estágio de**
92 **Regeneração: Médio. NRRÁ Arcos.** “Esse processo ele vai ser retirado de
93 pauta, uma vez que surgiu alguns elementos novos que prejudicaram a
94 análise e ele assim que voltar para análise, ele volta na próxima reunião.”
95 **Item 5.2. Anselmo Martins de Almeida/Fazenda Pinduca, Gleba II -**
96 **Pecuária - Nova Serrana/MG - PA/Nº 02010000463/14 - Área de RL:**
97 **17,2050 ha - APP: 15,5800 ha - Área Requerida: 36,3000 ha - Área**
98 **Passível de Aprovação: 11,7100 ha. Fitofisionomia: Ecótono. Estágio de**
99 **Regeneração: Médio. NRRÁ Pará de Minas.** Presidente Patrick de
100 Carvalho Timochenco: “O encaminhamento é favorável ao deferimento
101 parcial. Alguma manifestação? Clever. Pede o destaque, a gente volta nele
102 depois com o destaque, ok? Maravilha. Item, então destaque para o Clever.”
103 Márcio, Supram/ASF: “Eu estou anotando aqui.” Presidente Patrick de
104 Carvalho Timochenco: “Maravilha, obrigado.” **Item 5.3, Tarcísio Eustáquio**
105 **da Silva/Fazenda Guarapuá - Silvicultura - Divinópolis/MG - PA/Nº**
106 **13020000771/15 - Área de RL: 2,8554 ha - APP: 3,6406 ha - Área**
107 **Requerida: 6,1000 ha - Área Passível de Aprovação: 0,0000 ha.**
108 **Fitofisionomia: Ecótono. Estágio de Regeneração: Médio. NRRÁ**
109 **Oliveira.** Presidente Patrick de Carvalho Timochenco: “O encaminhamento é
110 por favorável ao indeferimento.” **Item 5.4. Luiz Cesário de**
111 **Mendonça/Fazenda Boa Vista e Morro do Pião - Pecuária - Formiga/MG -**
112 **PA/Nº 13010001300/15 - Área de RL: 17,8900 ha - APP: 8,5766 ha - Área**
113 **Requerida: 10,4000 ha de supressão e 18 cortes de árvores nativas -**
114 **Área Passível de Aprovação: 4,8000 ha e 00 cortes de árvores.**
115 **Fitofisionomia: Ecótono. Estágio de Regeneração: Médio. NRRÁ Arcos.**
116 Presidente Patrick de Carvalho Timochenco: “Favorável ao deferimento
117 parcial.” Conselheiro Clever Greco Magalhães: “Eu tenho a mesma dúvida
118 dos outros. A minha dúvida é igual para todos eles. Destaque. Presidente
119 Patrick de Carvalho Timochenco: “Maravilha. Está marcado aqui Clever. **Item**
120 **5.5 Arnaldo de Castro/Fazenda Bugius e Santa Cruz - Pecuária -**
121 **Agricultura - Candeias/MG - PA/Nº 13020000721/16 - Área de RL: 5,2932**
122 **ha - APP: 1,2848 ha - Área Requerida: 9,9856 ha - Área Passível de**
123 **Aprovação: 0,0000 ha. Fitofisionomia: Floresta Estacional**

124 **Semidecidual. Estágio de Regeneração: Médio. NRRÁ Oliveira.**
 125 Presidente Patrick de Carvalho Timochenco: “Encaminhamento favorável ao
 126 indeferimento.” Conselheiro Clever Greco Magalhães: “Meu caso, a minha
 127 dúvida persiste que é igual para todos.” Márcio, Supram/ASF: “Destaque
 128 CODEMA Divinópolis.” **Item 5.6 Múcio Guimarães Tolentino/Loteamento**
 129 **Urbano Bela Vista - Infraestrutura - Cláudio/MG - PA/Nº 13020000729/16**
 130 **- Área de RL: 0,0000 ha - APP: 0,0000 ha - Área Requerida: 0,4788 ha -**
 131 **Área Passível de Aprovação: 0,4788 há. Fitofisionomia: Floresta**
 132 **Estacional Semidecidual. Estágio de Regeneração: Médio. NRRÁ**
 133 **Oliveira.** Presidente Patrick de Carvalho Timochenco: “Encaminhamento é
 134 favorável ao deferimento. Então findos o item 5º. E a gente passa para a
 135 leitura então do 6º item da pauta.” **6) Processos Administrativos para**
 136 **exame de Recurso de Autos de Infração. Item 6.1 Globoaves São Paulo**
 137 **Agro Avícola Ltda. - Incubatório - Formiga/MG - PA/Nº**
 138 **08540/2005/001/2008 - AI/Nº 1627/2008. Apresentação: Supram ASF.**
 139 Presidente Patrick de Carvalho Timochenco: “Favorável ao indeferimento.”
 140 **Item 6.2 Geraldo Magela de Oliveira - Avicultura de corte e reprodução e**
 141 **Suinocultura (crescimento e terminação) - Pará de Minas/MG - PA/Nº**
 142 **CAP 457482/16 - AI/Nº 67847/2012. Apresentação: Supram ASF.**
 143 Presidente Patrick de Carvalho Timochenco: “Favorável ao indeferimento.”
 144 **Item 6.3 Rio Branco Alimentos S/A - Incubatório - Pará de Minas/MG -**
 145 **PA/Nº CAP 468873/17 - AI/Nº 51162/2013. Apresentação: Supram ASF.**
 146 Presidente Patrick de Carvalho Timochenco: “Favorável ao indeferimento.”
 147 **Item 6.4 Baptista de Almeida Comércio e Indústria Ltda. - Fabricação de**
 148 **produtos alimentares, não especificados ou não classificados -**
 149 **Oliveira/MG - PA/Nº CAP 474743/17 - AI/Nº 010/2014. Apresentação:**
 150 **Supram ASF.** Presidente Patrick de Carvalho Timochenco:
 151 “Encaminhamento favorável ao indeferimento.” **Item 6.5. Indústria e**
 152 **Comércio de Fogos Tiziu Ltda. EPP - Fabricação de pólvora e artigos**
 153 **pirotécnicos - Santo Antônio do Monte/MG - PA/Nº CAP 456457/16 -**
 154 **AI/Nº 049389/2014. Apresentação: Supram ASF.** Presidente Patrick de
 155 Carvalho Timochenco: “Favorável ao indeferimento.” **Item 6.6. Laticínios**
 156 **Curral de Minas Ltda. - Preparação do leite e fabricação de produtos de**
 157 **laticínios - Oliveira/MG - PA/Nº CAP 437538/17 - AI/Nº 011940/2015.**
 158 **Apresentação: Supram ASF.** Presidente Patrick de Carvalho Timochenco:
 159 “Encaminhamento favorável ao indeferimento.” **Item 6.7. Laticínios Curral**
 160 **de Minas Ltda. - Preparação do leite e fabricação de produtos de**
 161 **laticínios - Oliveira/MG - PA/Nº CAP 437540/17 - AI/Nº 011942/2015.**
 162 **Apresentação: Supram ASF.** “Encaminhamento favorável ao
 163 indeferimento.” **Item 6.8. Marcílio José da Silva - Empacotamento de**
 164 **carvão - Itapeçerica/MG - PA/Nº CAP 437829/17 - AI/Nº 46602/2015.**
 165 **Apresentação: Supram ASF.** “Encaminhamento favorável ao
 166 indeferimento.” Conselheiro Edélcio José Cançado Ferreira: “Senhor

167 Presidente, eu deixei o senhor ler até o final porque eu queria ver se todos
168 eram pelo indeferimento. Como aconteceu. Eu tenho uma dúvida que eu
169 gostaria só de um questionamento rápido ao jurídico. Foi apreciado
170 atenuantes, todos esses casos ou nenhum deles era passível de aplicação
171 de atenuantes?” Presidente Patrick de Carvalho Timochenco: “Aqui, posso
172 sugerir? Desculpe, Fabiano. Vamos seguir o rito? A gente volta no 06. A
173 gente discute de forma genérica depois no ponto, maravilha?” Márcio,
174 Supram/ASF: “Só desculpa interromper, mas essa questão ela tinha que ser
175 destacada em cada parecer. Porque a gente vai agora discutir os que foram
176 prestados destaques conforme o regimento e aqueles que permanecerem
177 em silêncio vão ser julgados. Então talvez no âmbito da discussão daqueles
178 que forem destaque, pode verificar se houve condicionante ou não.
179 Presidente Patrick de Carvalho Timochenco: “Ou o atenuante. A gente volta
180 tá Edélcio. Sônia, vamos resolver o 05. A gente vai no 06, depois que vai
181 entrar no AAI não é isso? A gente deixa para resolver tudo na hora. Aí já
182 (trecho incompreensível) tudo de uma vez. A questão do item 7 que é um
183 assunto muito específico, a gente deixa para depois da discussão tá?
184 Edélcio, eu vou abrir o 5.1, a gente volta no 06 tá? A palavra com o Clever, tá
185 Clever? Itens 5.3, 5.4, 5.5. Já que você falou que parece que as dúvidas são
186 semelhantes não é?” Márcio, Supram/ASF: “5.2 também. Foi pedido
187 destaque.” Conselheiro Clever Greco Magalhães: “A minha dúvida é o
188 seguinte. A gente percebe aqui que são pequenas propriedades. E vem pelo
189 deferimento parcial. Eu não tive, confesso que eu não tive tempo de ler os
190 pareceres técnicos, mas rapidamente dá para perceber qual que é a minha
191 intenção. Continua sendo o desenvolvimento sustentável não é? Mas nunca
192 esquecendo o desenvolvimento. Eu vi casos aqui que as pessoas deixam de
193 ter a propriedade. A função social da terra também vai embora e às vezes a
194 função ambiental é em uma área muito pequena. E a minha preocupação é
195 essa com o produtor rural principalmente. Então tem os casos aqui de
196 pedidos de 11 hectares e defere, o deferimento parcial. Eu queria perguntar
197 por quê que é parcial? Porque eu não pude, eu não tive tempo de ler. São
198 quatro casos aqui que está como parcial. Presidente Patrick de Carvalho
199 Timochenco: “Entendido Clever.” Conselheiro Clever Greco Magalhães: “Só
200 entender porque o pedido de deferimento é parcial.” Presidente Patrick de
201 Carvalho Timochenco: “Entendido. Gente, desculpa, o Márcio me lembrou
202 uma coisa aqui. Nós precisamos votar aqueles processos que não teve
203 destaque. Desculpa. Eu vou voltar, depois eu volto em você.” Conselheiro
204 Clever Greco Magalhães: “Ah, ok.” Presidente Patrick de Carvalho
205 Timochenco: “Tá? Hoje está meio confuso, mas nós vamos chegar no final tá
206 gente? Só uma questão Márcio. O item 5.2 também foi destaque não é isso?”
207 Márcio, Supram/ASF: “Foi.” Presidente Patrick de Carvalho Timochenco: “É
208 Clever, é 5.2, 5.3 e 5.4?” Conselheiro Clever Greco Magalhães: “E 5.5.”
209 Presidente Patrick de Carvalho Timochenco: “E 5.5? Ok. Então vou voltar

210 então, a gente vai votar o 5 da pauta e o 6 tá gente? E depois a gente volta
211 em Clever e depois na demanda do Edécio. Então coloco em votação o item
212 5.1.” Márcio, Supram/ASF: “Não. Esse retirou de pauta.” Presidente Patrick
213 de Carvalho Timochenco: “Desculpa gente. Tirado de pauta. Márcio,
214 Supram/ASF: “5.3” Presidente Patrick de Carvalho Timochenco: “O 5.3 ele
215 pediu também. O 5.3 está também no seu?” Conselheiro Clever Greco
216 Magalhães: “O caso do 01 é a mesma coisa.” Márcio, Supram/ASF: “Não, o
217 item 5.3 não foi pedido de destaque não.” Presidente Patrick de Carvalho
218 Timochenco: “Pediu não? Então o 5.6 também não pediu não, não é? Então
219 assim, coloco em votação os itens 5.3 e 5.6. Abstenção da Flávia não é? É
220 preciso justificar? Você quer justificar Flávia?” Flávia Alves de A. Rodrigues,
221 MPMG: “Abstenção dos itens em votação.” Presidente Patrick de Carvalho
222 Timochenco: “Ok. Mais alguma manifestação? Então considera-se aprovado
223 os pareceres itens 5.3 e 5.6. Agora a gente passa para o item 06 da pauta.
224 Tá. Eu ia votar tudo de uma vez não? Depois a gente volta para a discussão
225 não? Melhor não? Pode ser gente? Pode não? Pode não Sônia? Então
226 vamos votar. Então Clever. Alguma manifestação gente, quanto à dúvida do
227 Clever? A dúvida do Clever é a seguinte. Ele, o deferimento parcial da
228 solicitação da alteração de solo, por quê o parcial?” Débora, Supram/ASF:
229 “Na verdade é porque lá é estágio médio, a parte que está sendo indeferida é
230 estágio médio. E nós estamos amarrados na lei, o artigo 23 da Lei 11.428
231 que é a lei da Mata Atlântica, ela elenca a exceções que pode haver
232 supressão em estágio médio. E os casos aqui não se encaixam nas
233 exceções.” Não se identificou: “Mas aqui está constando como classificação
234 de cerrado não é? Débora, Supram/ASF: “Mas é dentro do Bioma Mata
235 Atlântica e o estágio médio. Conselheiro Edécio José Cançado Ferreira:
236 “Voltamos aqui à nossa discussão antiga. A Lei da Mata Atlântica ela é
237 claríssima. Tá? Mata Atlântica é aquilo que está no mapa do IBGE conforme
238 reza a lei. E a lei não é para a gente ter a aplicação dela extensiva por
239 entendimentos. Lei é lei. Eu sugiro aos empreendedores aqui que se
240 julgarem prejudicados, que recorram ao judiciário que com certeza, o
241 sucesso será total.” Conselheiro Giovanardi Marco Alves: “Eu gostaria de
242 perguntar ao jurídico, o quê que é caracteriza uma pequena propriedade. É a
243 extensão, o fato do empreendedor morar no empreendimento. Tem mais
244 alguma outra coisa?” Débora, Supram/ASF: “O artigo 3º da Lei 11.428. O
245 inciso I. Eu vou ler para você.” Conselheiro Giovanardi Marco Alves: “É
246 porque no item 5.1, só de Reserva Legal nós temos 7.67 hectares. APP, 6.1
247 hectares. Acredito não ser uma pequena propriedade rural. Ou estou
248 enganado?” Conselheiro José Hermano Oliveira Franco: “Até 4 módulos
249 rurais, até 4 módulos, até 80 hectares aqui é pequeno.” Débora,
250 Supram/ASF: “Eu não entendi a pergunta, você repete, por favor?”
251 Conselheiro Giovanardi Marco Alves: “A minha pergunta é, o que é, quanto
252 hectares caracterizam uma pequena propriedade rural?” Débora,

253 Supram/ASF: “Ah são até 4 módulos fiscais se não me engano.” Conselheiro
254 Giovanardi Marco Alves: “Tá, 4 módulos fiscais seriam o quê em hectares?
255 Eu não tenho esse conhecimento.” Débora, Supram/ASF: “Depende do
256 município.” Conselheiro Giovanardi Marco Alves: “Tá. Neste município aqui
257 de Arcos.” Débora, Supram/ASF: “Nova Serrana.” Conselheiro Giovanardi
258 Marco Alves: “Quanto vale um módulo/hectare?” Jonas, NRRA Arcos: “No
259 caso do 5.1 que você perguntou, não foi? Em Arcos o módulo fiscal é 30
260 hectares. Logo, uma propriedade com 04 módulos fiscais é 120 hectares.
261 Conselheiro Giovanardi Marco Alves: “Ok.” Lucélia, NRRA Pará de Minas:
262 “Por favor. Com licença. Só para esclarecer o caso. Como a discussão aqui é
263 sobre a Fazenda Pinduca não é? Que é o item 5.2. Só para esclarecer, eu
264 não me lembro direito quantos módulos fiscais tem o município, mas no
265 parecer aqui eu coloquei, quantos módulos fiscais tem o imóvel é 2,4.” Não
266 se identificou: “Se não me engano em (trecho incompreensível) é 25
267 hectares.” Lucélia, NRRA Pará de Minas: “Em Nova Serrana. É mais ou
268 menos.” Não se identificou: “É 20, 20.” Conselheiro Giovanardi Marco Alves:
269 “Uma outra pergunta. Uma outra característica da propriedade rural, acredito
270 eu seja o fato do produtor tirar sustento daquilo ali. E residir naquele local.
271 Acontece isso nesse caso?” Presidente Patrick de Carvalho Timochenco:
272 “Qual o item específico Conselheiro?” Márcio, Supram/ASF: “É o 5.2.” Lucélia,
273 NRRA Pará de Minas: “5.2.” Conselheiro Giovanardi Marco Alves: “A
274 pergunta é a mesma para todos eles na verdade. Não, não, perguntando, o
275 proprietário reside neste local?” Lucélia, NRRA Pará de Minas: “Neste caso
276 não. No caso do item 5.2, que é a Fazenda Pinduca, ele não reside no
277 imóvel.” Conselheiro Giovanardi Marco Alves: “Então este imóvel então não é
278 para retirar recursos para sustento familiar, ok? Visa lucro então?”
279 Conselheiro Edélcio José Cançado Ferreira: “Giovanazzi, hoje nós estamos
280 tendo um problema muito sério, a Lucélia pode até nos ajudar nisso. Com
281 problema de segurança no campo hoje, está tendo uma debandada muito
282 grande para a cidade. Então o cara vai para a cidade, dorme, no outro ele
283 vem de manhã, trabalha, à noite vai embora para não ficar lá, para não ser
284 assaltado. Porque está, nós tivemos casos aí na região nossa lá de Moema,
285 Lagoa da Prata do cara ser aprisionado com a família dentro do banheiro lá e
286 os caras fazerem uma farra muito grande na fazenda e ameaçar inclusive de
287 morte e alguns até tinham chegado a morrer não é Tenente? Teve caso de
288 óbito não é? Então está acontecendo isso. Nós estamos tendo uma evasão
289 do campo muito grande em função da segurança. Gente que morava lá hoje
290 está preferindo morar na periferia da cidade, por questão de segurança.”
291 Presidente Patrick de Carvalho Timochenco: “Fica registrado. Mais alguma
292 dúvida gente?” Lucélia, NRRA Pará de Minas: “Só para ser a dúvida sobre a
293 questão desse processo em si, do meu processo, sobre, que é o item 5.2, se
294 ele é pequeno produto rural ou não. No caso, ele não se encaixa como
295 pequeno produtor rural porque ele tem esse imóvel, ele tem um imóvel

296 também ao lado e pelo Cadastro Ambiental Rural dele, eu posso identificar,
297 se não me engano, 5, 4 imóveis em vários municípios. Por isso que pela lei
298 ele não se encaixa se para ser pequeno produto rural, além de ter menos de
299 4 módulos, além de outras características, ele deveria ter só este imóvel
300 além de outras especificações que a lei coloca para se encaixar como
301 pequeno produtor rural.” Presidente Patrick de Carvalho Timochenco: “Ok.”
302 Não se identificou: “Menina, eu esqueci o nome da menina. Você classificou
303 como menos de 04 módulos? Toda propriedade rural ela quer ser produtiva
304 independente do tamanho, se é grande, pequeno ou médio. Quem tem
305 propriedade rural e é um produtor rural, ele quer ter lucro. Independente do
306 tamanho da propriedade. Isso não é porque a economia familiar não quer ter
307 lucro. A economia familiar quer ter lucro, o grande produtor quer ter lucro. A
308 terra é para produzir alimento. A nossa discussão aqui, a minha dúvida com
309 relação ao porque o deferimento parcial. Não vejo nenhuma, se ele tem
310 Reserva Legal, se ele tem APP respeitada. Tem a Reserva Legal,
311 ambientalmente está correto, tem o (trecho incompreensível) e quer produzir,
312 não está em Mata Atlântica. Não está em área de Mata Atlântica. Então a
313 minha visão, a propriedade ela deve respeitar a Reserva Legal, as APP’s, a
314 Mata Atlântica. O restante é para produzir alimentos. Nós somos um país
315 totalmente agrícola, característica agrícola. Precisamos gerar emprego,
316 precisamos gerar renda, precisamos gerar alimento. A função social da terra.
317 Eu sou a favor pelo Deferimento solicitado que é muito pequeno 30 hectares.
318 É um módulo, um módulo em Divinópolis são 20 hectares. Precisaríamos 04
319 módulos para ser pequeno? Não estão pedindo nada.” Conselheiro José
320 Hermano Oliveira Franco: “É, posso? Só fazer um comentário Conselheiro e
321 eu compactuo com parte das suas ideias e vou aproveitar o seu gancho para
322 falar uma outra coisa. Eu compactuo com o que o Edécio falou ali. Outra
323 coisa. É o maior problema que nós estamos enfrentando no meu ponto de
324 vista do funcionamento desse Conselho para te falar a verdade. Que é o
325 esvaziamento desse Conselho. A gente não tinha que estar aqui discutindo
326 isso. A gente está aqui, se é para ou discutir coisa seria, ou discutir como
327 que nós vamos fazer para mudar essa realidade. Porque já está definido no
328 mapa do IBGE. A lei está pronta. Nós vamos discutir, mas não vamos
329 avançar porque a lei está pronta e eles trabalharam dentro da lei, porque é o
330 que eles tem que fazer. O IBGE fez essa bobagem de fazer um risco no
331 mapa lá de qualquer jeito e a gente se sujeita a isso. Aí você junta esse
332 monte de gente de cabeça pensante, traz todo mundo para cá, para ver se
333 vamos discutir o trabalho deles, que está de acordo com a lei? Vamos
334 discutir a lei. Os COPAM’s tem que voltar a funcionar. Então pelo menos, se
335 não vai vir processo sério aqui, que venha discutir a lei. Então vamos discutir
336 melhoras, vamos sugerir melhoras, porque enquanto for acontecer isso
337 Conselheiro, todos os processos vão ser iguais. A gente vai vir aqui ver se o
338 cara pode desmatar meio hectare e nós vamos passar pela discussão e

339 vamos falar, Mata Atlântica e nós todos vamos ter que falar, é Mata Atlântica.
340 Por quê? Porque está na lei, é de acordo com o IBGE. E eu compactuo, na
341 verdade eu não estou te contrapondo não. Eu concordo com isso, só que em
342 vez desse Conselho estar discutindo como que a gente pode pressionar para
343 mudar e fazer a realidade ser mais de acordo com o que é de fato, a gente é
344 forçado a vir aqui votar.” Não se identificou: “Mas enquanto não se muda,
345 nós temos, nós vamos discutir.” Conselheiro José Hermano Oliveira Franco:
346 “Não, temos que discutir. Não estou, não estou de forma alguma. Compactuo
347 com essa ideia. Só que esvaziaram o COPAM. Virou um desperdício geral.
348 Conselheiro Edélcio José Caçado Ferreira: “Hoje nós somos uma Copa.”
349 Conselheiro José Hermano Oliveira Franco: “Exato.” Conselheiro Edélcio
350 José Caçado Ferreira: “Aqui não é COPAM mais, aqui hoje é uma Copa.
351 Nós estamos discutindo assunto de Copa, tá? Eu, a minha opinião, inclusive
352 expressei isso na FAEMG, é pela extinção desses COPAM’s tá? Nós
353 perdemos a função. Perdemos totalmente a função. É pela extinção. Isso
354 aqui, o Estado está fazendo os Conselheiros de palhaços. Faltou pouco
355 mandar o narizinho para cada um de nós.” Conselheiro José Hermano
356 Oliveira Franco: “Só isso.” Conselheiro Edélcio José Caçado Ferreira: “E
357 está fazendo os técnicos virem aqui e prestar um serviço desnecessário.
358 Porque isso podia ter sido resolvido lá dentro. A maior parte dos casos ia ser
359 resolvido via judicial, porque é enquadramento legal, não é enquadramento
360 legal. A Advocacia Geral do Estado tem um entendimento. Ela tem o direito
361 de entender, agora a lei é clara, tá? E eles têm que respeitar o entendimento
362 da (trecho incompreensível), porque se não respeitar, como funcionário
363 público, eles vão ser punidos. Então eu respeito o posicionamento deles.
364 Respeito, entendo. Só que ao mesmo tempo eu acho que o produtor no caso
365 aqui especificamente nós estamos tratando de produtores, estão sendo
366 extremamente prejudicados, tá? Estão sendo extremamente prejudicados. E
367 o fórum para resolver isso não é aqui nessa Copa, tá? O fórum para resolver
368 isso é no judiciário, tá? E deixo aqui registrado. Vamos extinguir isso aqui
369 para parar com isso gente. Vamos voltar então aqui, isso é uma Copa. 05
370 pessoas vem cá, julga esses processos. Agora reunião, deslocamento aqui.
371 Quanto teve de despesa para poder por esse Conselho funcionando aqui
372 hoje? Para não julgar praticamente, assunto de Copa? Assunto de Copa?
373 Isso aqui, leve o meu protesto à SEMAD. Acho que está passando da hora
374 de acabar com essa farsa.” Conselheiro José Hermano Oliveira Franco:
375 “Faço coro.” Presidente Patrick de Carvalho Timochenco: “Fica registrado
376 Edélcio e José Hermano. Agora eu acredito que essa ideia, essa colocação
377 do José Hermano, eu acho uma colocação bem pertinente, não é? Vamos
378 discutir realmente o que é mais relevante para não ficar chovendo no
379 molhado uai.” Conselheiro Clever Greco Magalhães: “Exatamente. Não
380 esquecendo, eu acho que lei é lei e tal. Mas o COPAM ainda existe e ainda
381 somos deliberativos. Não. É impressionante como que as pessoas, às vezes

382 por falta de experiência, às vezes por estar chegando agora, quando se vê
383 um parecer jurídico, o técnico se inibe, agacha, tem medo de ir contra um
384 parecer jurídico. As questões ambientais precisam ver, ser vistas
385 tecnicamente.” Márcio, Supram/ASF: “Conselheiro, desculpe te interromper.
386 Mas essa alegação, ela, eu como jurídico analista e têm vários colegas
387 técnicos, isso não procede não é? Cada processo tem a sua peculiaridade,
388 cada processo tem uma gama de circunstâncias, mas isso é uma alegação
389 que precisa ser fundamentada, justificada e não julgar no meio de uma
390 sessão.” Conselheiro Clever Greco Magalhães: “A lei é muito técnica.”
391 Márcio, Supram/ASF: “A lei é técnica sim.” Conselheiro Clever Greco
392 Magalhães: “Precisa, as visões técnicas serem atendidas ou pelo jurídico,
393 conforme Parecer Técnico, conforme visão técnica. É muito importante que
394 se veja tecnicamente a legislação.” Presidente Patrick de Carvalho
395 Timochenco: “É assim, realmente o que prevalece nos pareceres são os
396 quesitos técnicos, Conselheiro. Eu faria coro ainda o que José Hermano
397 colocou, Conselheiro Clever. Eu acho que além de discutir a lei, o corte,
398 discutir os artigos da lei, eu acho que a gente também tinha que ampliar a
399 discussão, no campo do uso da terra não é? Eu acho que está passando da
400 hora do Estado, do Governo, discutir realmente o uso da terra. Eu como
401 Fiscal de Floresta, a gente tem trabalhado alguns projetos agrícolas, hidro-
402 agrícolas e o que a gente mais tem visto, não é, é necessidade de
403 intervenções, principalmente práticas mecânicas, que as vegetativas já não
404 atendem, para a gente melhorar a capacidade e o suporte solo não é? A
405 gente está tratando dentro o Instituto Estadual de Floresta sobre o manejo de
406 pastagem, para melhorar essa absorção de água, essa esponja que está aí
407 fora aí. Então além de discutir os atos técnicos, específicos da Lei, que talvez
408 são até frios, não é? Voltando essa questão técnica que você coloca. Eu
409 acho que já passou, entendeu? Do Governo ou do Estado discutir o uso da
410 terra. Só uma observação, podemos voltar? Mais alguma coisa meninas?”
411 Conselheiro Edélcio José Caçado Ferreira: “Presidente.” Presidente Patrick
412 de Carvalho Timochenco: “Sim.” Conselheiro Edélcio José Caçado Ferreira:
413 “A Embrapa, eu falei isso aqui já. A Embrapa está com um trabalho baseado
414 nas informações levantadas pelo CAR, Embrapa de Campinas. Eu acho que
415 é interessante os órgãos ambientais tomar conhecimento deles. É um
416 trabalho fantástico. Eu vou tentar.” Presidente Patrick de Carvalho
417 Timochenco: “Fica registrado.” Conselheiro Edélcio José Caçado Ferreira:
418 “Se vocês não conseguirem acessar, eu vou tentar ver se eu consigo trazer
419 em um CD com essas informações e repassar para vocês.
420 Interessantíssimo.” Presidente Patrick de Carvalho Timochenco: “Ótimo.”
421 Conselheiro Edélcio José Caçado Ferreira: “Nós estamos malhando em
422 ferro frio aqui quando nós falamos aqui de propriedade rural. O problema é
423 outro hoje.” Presidente Patrick de Carvalho Timochenco: “Traz para gente
424 Edélcio. Vai agregar, por favor. Mais alguma coisa?” Conselheiro Giovanardi

425 Marco Alves: “Entendo perfeitamente as palavras de Clever, de Edélcio
426 sobre o tanto que o produtor rural pode vir a ser prejudicado com a lei
427 ambiental. Tá? Veja que nessa pauta aqui, que nós temos cidade aqui como
428 Arcos, Pará de Minas e Oliveira. Cidades que estão em pleno processo de
429 escassez hídrica. Quando eu faço uma pecuária, um processo de pecuária
430 que o empreendedor solicitou em 36.3 hectares, acredito que alguém vai sair
431 perdendo com isso também. O produtor vai ganhar, tenho absoluta certeza
432 disso. Agora, quanto as tecnologias da Embrapa, as fontes sustentáveis para
433 manter aquele empreendimento produtivo. Será que isso vai ser alcançado?
434 Minha dúvida é essa. Por isso, voto pelo deferimento parcial deste
435 empreendimento.” Presidente Patrick de Carvalho Timochenco: “Essa que
436 talvez seja boa discussão. Ela não fica presa em um assunto específico não
437 é?” Conselheiro Edélcio José Caçado Ferreira: “Quando o produtor ganha,
438 a sociedade toda ganha. Porque ele está produzindo é para a sociedade.
439 Nós vamos ter alimento de qualidade mais barato. Vamos parar de produzir
440 um pouquinho então para a gente ver o quê que vai acontecer com os preços
441 dos alimentos.” Presidente Patrick de Carvalho Timochenco: “Não
442 precisamos ser tão radicais não Senhor Edélcio.” Conselheiro Edélcio José
443 Caçado Ferreira: “Eu sou meio radical, já propus inclusive fechar as
444 porteiras.” Presidente Patrick de Carvalho Timochenco: “Oh gente, vamos
445 seguir então. Acho que podemos votar então os itens? Ficou então, podemos
446 encerrar a discussão então? Pode ser. Então vamos votar os itens em
447 destaque do Conselheiro Clever. 5.2, 5.4 e 5.5. Em votação.” Conselheiro
448 Clever Greco Magalhães: “É tudo igual, é a mesma dúvida, a mesma do
449 deferimento parcial.” Presidente Patrick de Carvalho Timochenco: “Coloco
450 em votação.” Márcio, Supram/ASF: “Abstenção do Ministério Público.” Flávia
451 Alves de A. Rodrigues, MPMG: “Flávia, Ministério Público. Abstenção dos 03
452 itens.” Conselheiro Wellington Dias Silveira: “Abstenção também que eu não
453 peguei a discussão.” Presidente Patrick de Carvalho Timochenco: “Ok. Oh
454 gente então, por favor.” Conselheiro Francisco de Faria Campos Júnior:
455 “Abstenção.” Conselheiro Clever Greco Magalhães: “Obviamente eu que
456 suscitei a dúvida, eu voto pelo deferimento solicitado e não pela supressão
457 parcial. O produtor tem que produzir.” Márcio, Supram/ASF: “Só para deixar
458 claro. Aqueles que concordam com o parecer do órgão ambiental,
459 permaneçam como estão e os contrários se manifestem.” Conselheiro
460 Edélcio José Caçado Ferreira: “No pacote não. Tem um processo que me
461 gerou dúvida aqui. O Candeias que eu não sei se ele está dentro da área do
462 mapa do IBGE ou não.” Márcio, Supram/ASF: “Qual o item?” Conselheiro
463 Edélcio José Caçado Ferreira: “5.5. Eu não sei se essa área está dentro do
464 mapa do IBGE ou não. Porque se ela estiver dentro do mapa eu acompanho
465 o posicionamento da Supram. Caso contrário eu vou pelo voto contrário.”
466 Márcio, Supram/ASF: “Mas nós já colocamos em votação.” Conselheiro
467 Edélcio José Caçado Ferreira: “Não, exatamente, mas eu quero saber a

468 informação. Está dentro do mapa ou não?” Márcio, Supram/ASF: “Mas isso
469 tem que ser antes da discussão. Colocamos em votação.” Conselheiro
470 Edélcio José Caçado Ferreira: “OK então, sou contra.” Não se identificou:
471 “Já colocou cerrado aqui olha.” Conselheiro Edélcio José Caçado Ferreira:
472 “Sou contra, mais fácil de resolver.” Não se identificou: “O Parecer Técnico
473 classifica como cerrado.” Presidente Patrick de Carvalho Timochenco: “Não,
474 não, ele está como Floresta Estacional não é? É o 5.5, isso Edélcio?” Márcio,
475 Supram/ASF: “5.5.” Presidente Patrick de Carvalho Timochenco: “Está como
476 Floresta Estacional Semidecidual Mata Atlântica. Te responde?” Conselheiro
477 Edélcio José Caçado Ferreira: “Não, responde.” Presidente Patrick de
478 Carvalho Timochenco: “Responde?” Conselheiro Edélcio José Caçado
479 Ferreira: “Nesse aí eu sou pelo deferimento. Nos demais eu sou contra.” Não
480 se identificou: “Você é contra o Parecer Técnico que está inserido no bioma
481 Cerrado, pertencente à bacia do São Francisco.” Presidente Patrick de
482 Carvalho Timochenco: “Gente, fazer um resgate aqui. Só um minutinho. Só
483 para gente reorganizar. Nós já aprovamos então o 5.3 e o 5.6 não é isso?”
484 Márcio, Supram/ASF: “Sim.” Presidente Patrick de Carvalho Timochenco:
485 “Isso? Vamos votar. Então eu vou botar em votação o item 5.2, quem estiver
486 de acordo, permaneça como está. Teve uma abstenção do Ministério Público
487 e do Wellington não é isso? Então 03 votos contrários.” Márcio, Supram/ASF:
488 “Não. Não. São 03 abstenções e 01 voto contrário.” Presidente Patrick de
489 Carvalho Timochenco: “Abstenção também, desculpa. Então são 03
490 abstenções.” Conselheiro Edélcio José Caçado Ferreira: “O meu é favor do
491 deferimento.” Márcio, Supram/ASF: “Tá. Só 01 voto contrário.” Presidente
492 Patrick de Carvalho Timochenco: “Precisa citar ou não?” Márcio,
493 Supram/ASF: “Não.” Presidente Patrick de Carvalho Timochenco: “Então tem
494 indeferimento, Edélcio. Indeferimento, Clever indeferimento.” Conselheiro
495 Edélcio José Caçado Ferreira: “O meu é deferimento.” Presidente Patrick de
496 Carvalho Timochenco: “O deferimento?” Conselheiro Edélcio José Caçado
497 Ferreira: “Deferimento integral. Sou contra o voto, contra o deferimento
498 parcial. Então, tudo bem. Indeferimento do Parecer.” Márcio, Supram/ASF:
499 “Vamos deixar claro. O item 5.2, com licença Patrick, teve 03 abstenções, o
500 Ministério Público.” Presidente Patrick de Carvalho Timochenco: “E 02 votos
501 contrários.” Márcio, Supram/ASF: “E 02 votos contrários.” Presidente Patrick
502 de Carvalho Timochenco: “Isso.” Conselheiro Edélcio José Caçado Ferreira:
503 “Minha fundamentação nele aí é porque eu entendo que a aplicação da lei da
504 Mata Atlântica não vem ao caso aqui.” Presidente Patrick de Carvalho
505 Timochenco: “Ok, registrado.” Não se identificou: “Essa questão do voto
506 contrário ficou parecendo que o voto está contrário ao deferimento parcial.
507 Ele está favorável ao solicitado pelo produtor, é isso?” Márcio, Supram/ASF:
508 “Não. É o voto contra o Parecer apresentado pela Supram.” Conselheiro
509 Edélcio José Caçado Ferreira: “Que não seja parcial e sim deferimento pela
510 área total. Ok.” Presidente Patrick de Carvalho Timochenco: “Gente, então

511 quantos votos a favor? 01, 02, 03.” Conselheiro Edélcio José Cançado
512 Ferreira: “03 pelo deferimento, 02 pelo contrário e o restante foi abstenção.”
513 Presidente Patrick de Carvalho Timochenco: “Então processo aprovado, ok?”
514 Passo então para o item 5.4. Vamos votar. Quem acompanha o parecer do
515 Núcleo, permaneça como está. Edélcio contrário.” Conselheiro Edélcio José
516 Cançado Ferreira: “Mesmos fundamentos.” Presidente Patrick de Carvalho
517 Timochenco: “Abstenção do Ministério Público. Abstenção Seapa. Emater?”
518 Márcio, Supram/ASF: “02 abstenções e 01 voto contrário.” Presidente Patrick
519 de Carvalho Timochenco: “O Francisco também, abstenção Francisco?”
520 Márcio, Supram/ASF: “03 abstenções.” Presidente Patrick de Carvalho
521 Timochenco: “03 abstenções e 01 voto contrário.” Conselheiro Edélcio José
522 Cançado Ferreira: “O fundamento é o mesmo.” Presidente Patrick de
523 Carvalho Timochenco: “O fundamento já está. Então considera-se aprovado
524 o item 5.4. Item 5.5, em votação. Que mantenham como está
525 acompanhando.” Flávia Alves de A. Rodrigues, MPMG: “Abstenção do
526 Ministério Público.” Conselheiro Edélcio José Cançado Ferreira: “Esse aí eu
527 tive aquela dúvida, então eu vou me abster de votar.” Márcio, Supram/ASF:
528 “04 abstenções.” Presidente Patrick de Carvalho Timochenco: “Então fica
529 como aprovado.” Conselheiro Clever Greco Magalhães: “O meu voto, eu
530 mantenho o mesmo de todos que eu pedi o destaque, igual tá. Claro que
531 solicitado.” Márcio, Supram/ASF: “Você está acompanhando o parecer do
532 Núcleo não é?” Presidente Patrick de Carvalho Timochenco: “Não. Ele está
533 contrário ao Parecer.” Não se identificou: “É porque ele deveria ter votado,
534 Conselheiro, não prestou atenção lá.” Presidente Patrick de Carvalho
535 Timochenco: “Clever, manifeste-se então de forma definitiva, quais itens e
536 seu.” Conselheiro Clever Greco Magalhães: “Ele está solicitando uma
537 destoca de 9.9 hectares.” Presidente Patrick de Carvalho Timochenco:
538 “Identifique o número. Nós já entendemos. Só manifesta quais os itens que
539 você ficou contrário, por favor, só para registrar. Por favor.” Conselheiro
540 Clever Greco Magalhães: “Eu voto contrário.” Presidente Patrick de Carvalho
541 Timochenco: “Que itens? Já passou o 02, o 03, está voltando.” Conselheiro
542 Clever Greco Magalhães: “Este é o 5.5.” Márcio, Supram/ASF: “Este é o 5.5,
543 são 04 abstenções e o voto contrário.” Presidente Patrick de Carvalho
544 Timochenco: “Está ok. Então fica registrado. Está meio confuso hein gente.
545 Mas vamos lá. Gente podemos passar então para o item 06? Edélcio, você
546 poderia retomar o seu?” Conselheiro Edélcio José Cançado Ferreira:
547 “Doutora Sônia, vamos lá nós dois, como sempre. Eu só queria saber se
548 nesses, todo esse rol de processos aqui, do 6.1 ao 6.8 se houve a
549 possibilidade de aplicar atenuantes? Se não houve, obviamente, eu estou de
550 pleno acordo. E se essas atenuantes, se houve a possibilidade, se elas
551 foram apreciadas, o quê que aconteceu em todos esses processos? Porque
552 pelo menos um tinha que ter atenuante doutora, me ajuda.” Sônia, advogada
553 da Supram: “Conselheiro, quando o quê que a gente analisa em um recurso?”

554 Aquilo que é pedido. Para que fique adstrito ao recurso. Não é? Então se foi
555 pedido, foi analisado e provado, concedido. Se caberia, foi concedido. Todos
556 foram analisados na medida do pedido e da comprovação.” Presidente
557 Patrick de Carvalho Timochenco: “Respondido Edélcio?” Conselheiro Edélcio
558 José Cançado Ferreira: “Respondido.” Presidente Patrick de Carvalho
559 Timochenco: “Respondido. Maravilha Sônia, obrigado. Mais alguma?”
560 Conselheiro José Hermano Oliveira Franco: “Dentro da palavra do Edélcio
561 ali, só um segundo Presidente, por favor. Primeiro só fazer um contexto
562 rapidinho aqui, que como representante da sociedade civil, não é questão de
563 ser chato ou de ser ambientalista, nada disso. É uma questão de como a
564 gente entende que a gente representa todo mundo, a gente discute a coisa e
565 às vezes pontua muitas vezes a mesma coisa, para ver se a gente leva a
566 discussão adiante. E de novo. Reunir esse monte de gente aqui, para discutir
567 coisa que está na esfera legal, é no mínimo um contrassenso e um
568 desperdício de tempo, porque isso não tinha, aqui, os novos
569 empreendimentos onde os técnicos que aqui presentes poderiam dar
570 contribuições, poderiam trazer contribuições de outros locais, poderiam fazer
571 esses empreendimentos surgirem, de forma que vai muito mais de encontro
572 ao desenvolvimento, à possibilidade de desenvolvimento sustentável, do que
573 vir auto de infração cuja esfera de discussão me desculpem, não é aqui. Ou
574 não deveria ser. A não ser que se esbarrasse em alguma questão técnica
575 muito séria que precisasse de técnicos. Que aqui nós temos diferentes, de
576 representantes de diferentes setores da sociedade. Agora fazer os
577 Conselheiros todos virem aqui para fazer isso, está no mínimo subestimando
578 a gente, o nosso trabalho e a capacidade que está instalada aqui. No
579 mínimo, para dizer muito pouco e fica na esfera do educado. Porque é um
580 absurdo não é? Não faz sentido isso para mim não.” Conselheiro Edélcio
581 José Cançado Ferreira: “Concordo com você, mas essa atribuição aqui já era
582 nosso do Conselho, mas ela era um apêndice. Ela era um apendicizinho.
583 Chegava lá, você discutia 15, 16 processos nos bons tempos de
584 Licenciamento Ambiental e 02, 03 processos de julgamento de multa. Agora
585 nós ficamos aqui, viramos o Copão. Daqui a pouco nós vamos virar
586 Copinha.” Conselheiro Roger Alexandre Nogueira Gontijo: “Bom dia a todos.
587 Na primeira reunião que nós tivemos aqui, foi levantada essa questão. Do
588 esvaziamento, dos julgamentos que seriam feitos aqui e foi proposto que o
589 Conselho fizesse um documento manifestando isso e que todos nós
590 assinaríamos e levaríamos isso para as instâncias competentes. Eu gostaria
591 de saber se isso foi feito, como é que, em que pé que está isso? Que deve
592 estar registrado que isso aconteceu na primeira reunião que nós fizemos
593 aqui com esse novo, esse novo mandato, essa nova composição de
594 membros.” Márcio, Supram/ASF: “Supram, Márcio, Alto São Francisco. De
595 fato foi solicitado pelos Conselheiros esse documento. Foi repassado para a
596 Superintendência. Eu peço a todos, até a próxima reunião para a gente já

597 apresentar esse documento. Para ver em que pé que está. De fato eu não
598 sei adiantar o assunto. Se isso foi para a Semad, que é um assunto mais de
599 gestão. E na próxima reunião a gente vai trazer este esclarecimento para
600 constar isso em ata. Eu só queria, eu só queria dizer, deixar claro que os
601 destaques foram feitos para a gente discutir os temas específicos dos
602 processos. Essas, eu sei que é muito importante, mas a gente tem que se
603 ater às questões que estão sendo levantadas. No caso foi a questão das
604 atenuantes e condicionantes.” Conselheiro Wellington Dias Silveira: “Aqui,
605 por exemplo, eu concordo com você, mas primeiro o desconforto que a gente
606 nem está querendo votar isso que acho que todo mundo aqui está achando
607 que não está valendo a pena. Começa por aí. Ninguém está muito
608 confortável. E segundo, o documento tem que ser feito pelo Conselho, não é
609 pela Supram. Não entendi. Não era nós que teríamos que fazer não? Um
610 documento que nós temos que fazer para a Supram que é vinculado ao
611 Estado igual eu sou, que o Estado que tomou essa decisão de esvaziar a
612 Copa para fazer um documento, mostrando para o Estado que nós estamos
613 contra. Eu não estou entendendo. Eu não estou entendendo. Ou é nós que
614 vamos fazer ou um documento? Até agora eu não entendi que documento é
615 esse.” Márcio, Supram/ASF: “Salvo melhor juízo, o que ficou acordado nessa
616 reunião, é que a Supram ela faria esse Ofício e traria aqui para a votação do
617 Conselho.” Conselheiro Wellington Dias Silveira: “A minha sugestão é que o
618 Ofício seja feito pelo Conselho e não pela Supram.” Conselheiro Edécio
619 José Caçado Ferreira: “Oh Wellington, na verdade não é a Supram que vai
620 fazer. É o COPAM que vai fazer e a Supram tem uma estrutura que funciona
621 como um tipo de uma Secretaria do COPAM. Então vai trazer o documento,
622 nós vamos aprovar, nós vamos corrigir, nós vamos adequar. Mas o
623 documento é originário de lá e vem é colocado aqui à nossa apreciação e
624 nós vamos discutir. E isso não veio. Deveria ter vindo nessa reunião e não
625 veio. Descumpriu uma determinação do Conselho. A determinação do
626 Conselho foi descumprida. Eu gostaria que isso não ocorresse mais, já que
627 nós estamos tão esvaziados, que nem determinação nossa agora não é
628 considerada.” Conselheiro Wellington Dias Silveira: “Eu agradeço o
629 esclarecimento viu Edécio.” Conselheiro Roger Alexandre Nogueira Gontijo:
630 “Lembrando que essa reunião, a primeira, acho que aconteceu em janeiro.
631 Janeiro. Nós estamos em outubro e até agora nós não vimos retorno,
632 andamento disso. Só para ficar registrado.” Conselheiro Edécio José
633 Caçado Ferreira: “Fevereiro.” Presidente Patrick de Carvalho Timochenco:
634 “Obrigado Wellington pela manifestação e a gente vai dar uma celeridade
635 nisso aí e eu acredito que na próxima reunião a gente pode estar trazendo
636 isso aí tá. Vamos votar então o item 06 da pauta? Item 6.1, é quem estiver
637 de acordo com, não houve destaque não é gente? Quem estiver de acordo
638 com o Parecer, que permaneça como está.” Flávia Alves de A. Rodrigues,
639 MPMG: “Flávia, Ministério Público. Vou deixar registrado aqui a abstenção da

640 instituição em relação aos 08 itens.” Presidente Patrick de Carvalho
641 Timochenco: “Bom, está registrado. Olha, eu vou votar tudo em bloco. Pode
642 ser gente?” Não se identificou: “Votar em bloco.” Presidente Patrick de
643 Carvalho Timochenco: “Então fica 6.1 a 6.8. É, em votação. Quem estiver a
644 favor do Parecer do NARC, permaneça como está. Então estão aprovados
645 não é isso? Com abstenção do Ministério Público em todos os itens. Márcio,
646 o item 07 da pauta. Apresentação da avaliação?” **7) Apresentação da**
647 **Avaliação Ambiental Integrada da UGRH PN2 - Rio Araguari pelo**
648 **grupo de empreendedores Autazes Empreendimentos e Participações**
649 **Ltda./Primo Energética Ltda./Imagem Sistema de Informações Ltda./R3**
650 **Eng. e Consultoria S.S/Wanerg Energética Ltda. com o**
651 **acompanhamento da Diretoria de Estudos e Projetos Ambientais -**
652 **DEPA/SUGA/SEMAD.** Márcio, Supram/ASF: “Apresentação da Avaliação
653 Ambiental Integrada da UGRH PN2 - Rio Araguari pelo grupo de
654 empreendedores Autazes Empreendimentos e Participações Ltda./Primo
655 Energética Ltda./Imagem Sistema de Informações Ltda./R3 Eng. e
656 Consultoria S.S/Wanerg Energética Ltda. com o acompanhamento da
657 Diretoria de Estudos e Projetos Ambientais - DEPA/SUGA/SEMAD. Com a
658 palavra.” Conselheiro Edécio José Cançado Ferreira: “Agora nós podemos ir
659 para lá para ver que vai apresentar aqui, não vai não? Na tela?” Presidente
660 Patrick de Carvalho Timochenco: “Vamos fazer gente? Seguir orientação do
661 Edécio, recomendação dele? Eduardo Andrade, representante da empresa
662 de consultoria: “Alô. Bom, boa tarde a todos. Meu nome é Eduardo Andrade,
663 eu sou da Empresa Sete Soluções de Tecnologia Ambiental de Belo
664 Horizonte. E nós fomos contratados por um grupo de empreendedores de
665 hidroelétricas na Bacia do Rio Araguari, para elaboração da Avaliação
666 Ambiental Integrada não é? Avaliação Ambiental Integrada ela tem que ser
667 elaborada para um PGR, no caso é o PGR-PN2. A Semad que aprovou a
668 Avaliação Ambiental Integrada. Até a gente esteve aqui na outra, na reunião
669 anterior que foi cancelada. O pessoal da Semad esteve aqui, eu acho que
670 não pôde vir, a presença da Gabriela e do Cássio e então, nós estamos aqui,
671 nós temos obrigação de apresentar, apesar de não estar na Bacia do São
672 Francisco, ser a Bacia do Paranaíba não é? Nós temos obrigação de
673 apresentar porque uma pequena porção do PGR-Araguari faz parte da URC
674 Alto São Francisco. Então nós temos que, por determinação do Termo de
675 Referência que define a elaboração da AAI não é? Define que seja
676 apresentada pela URC. Então nós estamos aqui hoje apresentando para
677 vocês e amanhã estamos indo para Uberlândia apresentar na URC do Alto
678 Triângulo e do Triângulo Mineiro. Então é um grupo de empreendedores, a
679 Autazes que liderou o grupo de empresas, a Wanerg, a Primo, a Imagem e a
680 R3 são todos empreendedores que tem projetos previstos de hidroelétricas
681 na Bacia do Araguari. Eu vou mostrar para vocês só um histórico. Então a
682 Avaliação Ambiental Integrada, surgiu lá atrás, na época em 2007, quando o

683 Governo do Estado fez um programa de geração de energia no Estado de
684 Minas Gerais, ele elaborou a avaliação ambiental estratégica, do programa
685 de geração de energia do Estado de Minas. E ele avaliou 300 PCH's e 45
686 UHE's. Qual seria o impacto disso, desse programa que o Governo investiria
687 no Estado. E como deu aquele *boom* de geração de energia, todo mundo
688 investindo em energia hidroelétrica e energia elétrica, não é? Aí começou a
689 ver que os impactos não era só de um empreendimento. Era de um conjunto
690 de empreendimentos naquele curso d'água, naquela bacia. Então em 2012 o
691 COPAM editou a Deliberação Normativa 175 que define que em 2012 todo
692 empreendimento hidrelétrico foi o licenciamento foi suspenso até que se
693 aprovasse a avaliação ambiental das energias elétricas na bacia. Então
694 desde 2010 que Minas tem licenciamento de hidrelétrica na Bacia do
695 Araguari e só após a aprovação daí agora que os empreendedores vão
696 poder tocar o licenciamento. Então em junho de 2013, a Semad determinou a
697 elaboração da AAI do Alto Araguari e a Sete foi contratada em 2015, certo?
698 Nós elaboramos até o meio de 2016, e chegou em 2017, a Semad fez várias
699 considerações. Ela participou de toda a elaboração da AAI junto com a
700 gente, nos workshops internos nossos e agora em setembro ela aprovou a
701 Avaliação Ambiental Integrada. Certo? E aí nós temos o compromisso então
702 de apresentar as URC's. Então a Avaliação Ambiental Integrada é um
703 Zoneamento Ambiental, praticamente é um Zoneamento Ambiental de toda a
704 bacia nos moldes dos ZEE do Estado só que muito mais detalhado e focado
705 para empreendimentos hidrelétricos, com o objetivo de desenvolvimento
706 econômico e avaliar os cenários futuros da implantação desses
707 empreendimentos hidrelétricos, não só de uma, do conjunto de
708 empreendimentos hidrelétricos de toda a bacia. E viabilizar a geração de
709 energia com desenvolvimento sustentável da bacia. Então a DN COPAM 75
710 tem um Termo de Referência, nós fomos orientados a atender esse Termo
711 de Referência e ela é desenvolvida com dados secundários, sem trabalho de
712 campo, só disponibilizado com dados secundários e já desenvolvidos na
713 bacia. A Bacia do Alto Paranaíba, já tinha sido feito uma Avaliação Ambiental
714 Integrada para toda a bacia, que foi a empresa de pesquisa energética, que
715 coloquei aqui, que elaborou. Então a gente seguiu a mesma metodologia
716 dessa avaliação ambiental da Bacia do Paranaíba como um todo. E também
717 seguimos, a gente tinha acabado de fazer a PN-1 que é a do Alto Paranaíba,
718 a gente também pegou essa metodologia e melhorou ela para a PN-2. Então
719 o Termo de Referência da DN-175, nós temos 05 documentos. O primeiro é
720 o Plano de Trabalho. Depois se faz uma Caracterização Socioambiental da
721 bacia. Temos o 3º que é a Avaliação Ambiental Distribuída e Principais
722 Conflitos. O 4º documento é uma Avaliação Ambiental, a gente faz realmente
723 Avaliação Ambiental Integrada não é? E o final, esse último relatório é um
724 relatório, um Resumo Executivo de tudo e por fim, essa apresentação que a
725 gente tem que fazer aqui para as URC's. Realmente é um trabalho muito

726 técnico e muito extenso, quer dizer, foram 05 volumes, mais de 2 mil páginas
727 e um trabalho muito intenso de geoprocessamento e essa é uma... O Termo
728 de Referência exige que seja uma equipe interdisciplinar com uma
729 experiência de mais de 10 anos, os coordenadores desse trabalho, todos
730 têm mais de 20 anos de trabalho na área de meio ambiente. Então nós
731 temos uma equipe grande da Sete e também trabalhamos com uma ONG
732 que fez, porque na Bacia do Araguari existe o Pato Mergulhão, a gente
733 trabalhou junto com a Terra Brasilis que fez a parte do Pato Mergulhão, o
734 estudo específico do Pato Mergulhão. E a parte jurídica foi pelo Campello
735 Castro, também toda uma avaliação jurídica da avaliação ambiental e a
736 equipe de apoio de edição e produção. Bom, a Abrangência. Igual eu falei, a
737 Avaliação Ambiental Integrada tem que ser elaborada para a UPGRH. No
738 caso a UPGRH da Bacia do Paranaíba é dividida em 03 UPGRH's a 01, a 02
739 e a 03. Nós elaboramos no ano passado a PN-1, quer dizer, aprovou-se o
740 ano passado a PN-1 e esse ano aprovamos a PN-2. Então nós estamos
741 falando dessa porção da bacia e essa é a PN1 aqui no Estado, no Triângulo
742 Mineiro. Ela abrange 20 municípios, aqui no... e a porção aqui que estaria na
743 URC Alto São Francisco é o Município de São Roque de Minas, exatamente
744 a nascente do Rio Araguari, ela faz parte da URC Alto São Francisco. A
745 UPGRH ela cortou aqui em baixo o reservatório de Itumbiara, que ficou fora,
746 que seria, está inundada pela UHE Itumbiara. Então aqui dentro, essa aqui é
747 a divisão do Estado em URC's não é? A URC São Francisco é a em azul.
748 Então realmente aqui você vê um pedacinho da URC, aqui no Município de
749 São Roque, ela está aqui na URC Alto São Francisco e é por isso que nós
750 estamos aqui e o quê que representa isso? Aqui na URC então ela pega a
751 nascente do Rio Araguari, o Município de São Roque e nesse trecho tem um
752 eixo disponível para a construção de hidrelétrica. Ela aqui, é importante
753 porque é o Parque Nacional da Canastra. E onde tem a zona de
754 amortecimento do parque e também a área de ocorrência do Pato
755 Mergulhão, que é uma espécie ameaçada, altamente ameaçada no Estado
756 não é? Bom, o 1º passo igual eu falei, é o Diagnóstico Ambiental, uma
757 caracterização, onde a gente divide a caracterização em três temas que é:
758 Os recursos hídricos (ecossistemas aquáticos), o meio físico (ecossistemas
759 terrestres) e a parte do meio socioeconômico. A gente pega várias
760 informações disponíveis sobre a bacia, como dado secundário, entendeu?
761 Isso está no Termo de Referência. Agora, a escala de trabalho é essa
762 mesmo, entendeu? Ela é um ferramenta de planejamento da bacia e assim,
763 ela faz, vamos chegar no final as recomendações e diretrizes para o
764 licenciamento ambiental desses empreendimentos, entendeu? Então a gente
765 levanta todos os dados secundários e gera mapas. A gente gera dos
766 recursos hídricos e ecossistemas aquáticos, a gente gerou mapa da
767 hidrografia, clima, hidrogeologias, solos ictiofauna, Pato Mergulhão. Então
768 para cada um, uma variável dessa, a gente gera um mapa. Entendeu? Então

769 esse aqui é um mapa de subdivisão de bacias. Certo? A unidade de
770 planejamento nossa é a sub-bacia. São, cada, aqui então você gera mapa de
771 qualidade de água por sub-bacia, você gera mapa de hidrogeologia,
772 disponibilidade hídrica, a gente levantou todos as outorgas da bacia e
773 classificamos. A gente fez a disponibilidade hídrica, perda de solo, pegamos
774 os conflitos, declaração de área de conflito do IGAM. Então a gente fez um
775 grande diagnóstico dos recursos hídricos. Mapeamos toda a vegetação ciliar.
776 Fizemos, atualizamos todo o mapa de uso de solo, em cima de imagens de
777 satélites recentes. Levantamos trechos de corredeira de rio, trechos
778 importantes para a reprodução de peixe, de peixe, de espécie migratória.
779 Fizemos mapa de ocorrência do Pato Mergulhão. No caso do meio físico,
780 ecossistema terrestre. Também levantamos o mapa de suscetibilidade de
781 erosão nos solos, áreas legalmente protegidas. Então para cada tema desse,
782 tem um mapa específico da UPGRH. No caso altimetria dos solos, uso do
783 solo, as área prioritárias, áreas protegidas, unidade de conservação. Do meio
784 socioeconômico também levantamos os dados de todos os municípios,
785 condições de vida, demografia, atividade potencial turístico, finanças e PIB,
786 tudo, patrimônio cultural. E também isso gera mapa por município. Cada
787 município a gente classificou o PIB do município e se alto, se é baixo, se é
788 médio, então fizemos os mapas de todos os municípios da Bacia. População,
789 IDH, PIB, arrecadação de CFEM. Assentamento do INCRA. Sítios
790 arqueológicos. Malha viária. Tudo isso compôs o diagnóstico em forma de
791 mapas, certo? E por que isso. Essa base, isso serviu de base para se fazer a
792 segunda parte da Avaliação Ambiental Integrada que chama Avaliação
793 Ambiental Distribuída não é? Então depois da caracterização, você define
794 indicadores de sensibilidade ambiental. E isso a gente gera, com esses
795 mapas da caracterização, a gente gera mapas dos indicadores de
796 sensibilidade ambiental da bacia e de potencialidade, que a gente chamou
797 de Potencialidade Social. Depois disso, a gente define impactos de
798 hidrelétrica. Quais os principais impactos das hidrelétricas e a gente
799 espacializa esses impactos. Classifica os empreendimentos e os impactos e
800 espacializa os impactos e gera mapas de impactos. Quando a gente cruza os
801 dois, cruzando os impactos com a sensibilidade, a gente consegue a
802 vulnerabilidade daquele território a médio e longo prazo, com um cenário de
803 implantação de hidrelétrica que eu vou mostrar a médio e longo prazo. Então
804 a gente estabeleceu nos recursos hídricos e ecossistemas aquáticos, 04
805 indicadores de sensibilidade. Qualidade, que geralmente são impactados por
806 hidrelétricas não é? Que é qualidade das águas, a disponibilidade hídrica
807 superficial e subterrânea, o Pato Mergulhão e a biota aquática. A gente
808 chamou, a gente chama de ISA, Indicador de Sensibilidade Ambiental. No
809 meio físico, ecossistema terrestre, nós temos também 04 ISA's que é
810 contaminação de água subterrânea, a erosão dos solos, a sensibilidade
811 geológica e a sensibilidade dos ecossistemas terrestres. Do meio

812 socioeconômico nós temos mais 05 ISA's que é a sensibilidade da exposição
813 e organização socioterritorial, a sensibilidade das condições de vida dos
814 municípios, da população, a sensibilidade e o comprometimento do uso
815 econômico do solo, e a sensibilidade do potencial de conflitos do solo e
816 potencial de alteração de comunidades e patrimônio cultural. Então para
817 cada ISA desse a gente elaborou um mapa, para cada Indicador de
818 Sensibilidade. Esse aqui no caso é um exemplo da qualidade de água, a
819 gente usou os dados, a gente trabalhou com os dados de qualidade de água
820 do IGAM, então a gente trabalha com o IQA, contaminação por tóxicos e o
821 índice eutrófico. Essas 03 variáveis compuseram o mapa de qualidade das
822 águas da bacia. A gente classificou então o quê que seria IQA? Muito ruim,
823 de 01 a 05, a gente classifica qual que seria, o quê que seria baixo, médio e
824 alto índice de IQA que é a contaminação por tóxicos e estado eutrófico. Para
825 cada bacia a gente classifica isso. E a gente cruza essas 03 variáveis com
826 pesos, A gente deu pesos através da parte técnica, a visão técnica do
827 técnico, mas também através de uma parte estatística que vê a consistência
828 desses pesos, então a gente cruzando esses 03, essas 03 variáveis, através
829 do que eu falei, um trabalho de geoprocessamento em que você cruza os
830 mapas com pesos e te dá um o mapa que é o que seria o Indicador de
831 Sensibilidade. No caso da qualidade a gente gerou 03 mapas, do IQA, da
832 Contaminação por Tóxicos e Estado Eutrófico. Quando você cruza esses 03
833 mapas com aqueles pesos, você tem o mapa da sensibilidade de cada bacia
834 referente a qualidade da água. Então você vê aqui a bacia, essa bacia do Rio
835 Claro e Alto Uberabinha, ele tem uma sensibilidade muito mais alta do que o
836 restante da bacia não é? Uma sensibilidade alta e aqui tem uma
837 sensibilidade média em função que já está alterado. Então para cada ISA a
838 gente fez, para cada Indicador de Sensibilidade, a gente fez, é composto por
839 vários mapas e aqui no caso a disponibilidade hídrica, a gente compôs 05
840 mapas que é vazão, percentual de vazão outorgada, a demanda de água,
841 água subterrânea, para cada um, colocando alguns pesos, você cruzou
842 esses mapas, a sensibilidade está aqui olha, muito baixa, sensibilidade muito
843 baixa entendeu? Porque já, porque essa região do Alto Araguari ela tem uma
844 grande disponibilidade de água, ela tem baixo, ela ainda não tem outorga
845 aqui, então ela tem água disponível entendeu? Aqui no caso de Santa
846 Juliana, é uma região que já tem conflito por água, então a sensibilidade dela
847 é muito alta, essa região aqui é uma região que tem muita irrigação, muito
848 pivô central. Então aquela região já é mais sensível entendeu? Quer voltar?
849 Então você tem o percentual de vazão. Isso aqui não, isso aqui foi levantado,
850 isso aqui na verdade da dificuldade do IGAM, a gente levantou todas as
851 outorgas do contrato do IGAM, todos os processos de outorgas da bacia
852 entendeu? A gente fez um levantamento lá do IGAM. Eu cruzando, dá um
853 mapa de sensibilidade de água hídrica subterrânea. O Pato Mergulhão a
854 gente também gerou 03 mapas, que é função do uso do solo, de APP, o uso

855 do solo preservado, onde está vermelho seria as matas ciliares preservadas,
856 que ele depende de mata ciliar. Ele também vive em rios, vive em rios
857 menores, ele não vive nos grandes rios, ele só vive em pequenos rios, ele se
858 alimenta de lambari, então ele precisa de curso d'água pequeno. E aqui é à
859 distância do registro dele. Onde você vê o Alto Araguari, ele está bastante
860 presente no Alto Araguari e na região de Patrocínio, onde ele ocorre mais.
861 Então quando a gente cruzou esses 03 mapas, você tem a sensibilidade da
862 bacia com relação ao Pato Mergulhão não é? Ele representa aqui bem a
863 região de Uberaba, Uberlândia já não tem Pato Mergulhão, então já está
864 bem alterada, então é pouco sensível. A região do Alto Araguari é muito
865 sensível com relação ao Pato Mergulhão, também aqui da região de
866 Patrocínio e Serra do Salitre, onde tem a ocorrência também. Com relação a
867 ictiofauna também fizemos mapas, nós levantamos todos os trechos, ainda
868 sem barramento. Os trechos importantes para a migração de peixe de longa
869 distância. Onde você vê aqui o Alto Araguari, ele ainda tem um trecho
870 grande, sem barramento, onde os peixes conseguem se reproduzir e
871 também o Alto Quebra-Anzol. Cruzando com a qualidade da água, áreas
872 prioritárias para conservação da ictiofauna e a coisa de endemismos de
873 peixes também, são as áreas de cabeceira, as áreas mais altas da bacia,
874 que ocorrem endemismos, são peixes geralmente nos pequenos cursos
875 d'água. Então cruzando esses 03 mapas, a gente tem a sensibilidade da
876 bacia com relação a ictiofauna. Você vê que a região, mesmo a região mais
877 baixa do Araguari, já tem as grandes represas, grandes hidrelétricas, já está
878 com o desenvolvimento econômico bem desenvolvido, não tem tanta
879 importância quanto à bacia do Alto Araguari, o Quebra-Anzol onde se tem a
880 reprodução de peixes, importante para a reprodução de peixes. E assim
881 fizemos para todos os 04 ISA's e quando a gente junta os 04 ISA's, os 04
882 Indicadores de Sensibilidade, de qualidade, disponibilidade, Pato Mergulhão
883 e biota aquática, a gente tem um mapa que é Sensibilidade da Bacia com
884 Relação a Recursos Hídricos, Ecossistemas Aquáticos, esse já é o mapa
885 resumo desse tema não é? E então fizemos, está vendo, aí também fizemos,
886 aqui eu fiz de forma resumida para não ter que ficar explicando cada um,
887 acho que é muito longo, aqui no caso do meio físico, é o sistema terrestre. A
888 gente juntou os 04 ISA's também, contaminação de água, suscetibilidade de
889 erosão, suscetibilidade geológica, ecossistemas terrestres e gerou um mapa
890 síntese do meio físico ao sistema terrestre. Onde você vê que a região mais
891 sensível é o entorno do Parque da Canastra, por ser parque e aqui também
892 essa aqui é a zona de amortecimento do parque. A região do Ribeirão do
893 Inferno, também é uma região muito preservada, com vegetação nativa
894 bastante preservada. Então são áreas mais sensíveis. Enquanto a parte mais
895 azul é a parte que tem supressão, que tem mais agricultura com menos
896 importância, menos sensível do que o resto da bacia. E fizemos também o
897 meio socioeconômico. Todos os indicadores de sensibilidade do meio

898 socioeconômico, para cada um foi gerado um mapa de todos os municípios e
899 cruzando esse mapas também deu o mapa de sensibilidade associada ao
900 meio socioeconômico da UPGRH por município. Onde se vê, nesse mapa se
901 vê também que os municípios mais desenvolvidos como Uberaba e
902 Uberlândia e Araxá ele tem, é menos sensível do ponto de vista
903 socioeconômico do que outros municípios mais, com menos dinâmica social
904 como Serra do Salitre, Itapira, mesmo São Roque, um município mais pobre,
905 com menos recursos e que é mais sensível a efeitos de empreendimentos.
906 Então a gente cruzando os 03 indicadores de sensibilidade recursos hídricos,
907 meio físico e ecossistema terrestre e meio socioeconômico da bacia, esses
908 03 síntese, a gente tem o mapa de Sensibilidade Ambiental da Bacia. Esse
909 aqui é o que representaria o Mapa de Sensibilidade Ambiental, acho que ele
910 realmente demonstra bem a situação da bacia hoje, a situação atual. E
911 quando se vê aqui que a mesma coisa a parte bem desenvolvida aqui de
912 Uberaba e Uberlândia e a região mais preservada do Alto Araguari e o
913 parque daqui, você vê que a sensibilidade ambiental é mais, é uma região
914 mais sensível não é? Fizemos também o Potencial Social que seria o
915 potencial dos municípios como o PIB, o crescimento do PIB e o IDH dos
916 municípios e a receita orçamentária, a gente criou aí um índice e chamou
917 Potencialidade Socioeconômica dos Municípios. Usando esses mapas, então
918 nós tivemos, fizemos esse mapa síntese que é a Potencialidade
919 Socioeconômica dos municípios da UPGRH. Você vê aqui os municípios
920 mais pobres são os mais sensíveis, como São Roque, Serra do Salitre,
921 Indianópolis. São os municípios mais pobres, enquanto os municípios mais
922 ricos têm menos sensíveis. Tem mais potencial, quer dizer. A gente fez um
923 mapa que chama Capacidade de Resposta dos Municípios aos efeitos.
924 Cruzando o de Potencialidade Socioeconômica com o Sensibilidade da
925 Socioeconômica, o que chamou de, a gente chamou de Capacidade de
926 Resposta aos Efeitos de Entendimentos no Município. Quer dizer, se o
927 município tem um potencial, mas ele é sensível, então cruzando esses dois
928 mapas dá a capacidade de resposta, que seria a capacidade que esses
929 municípios têm de retornar as condições depois de sofrer algum impacto,
930 algum evento. Então você vê que realmente, ainda os municípios mais ricos
931 têm condições de absorver melhor o efeito dos entendimentos. Como e os
932 municípios menores, com menos dinâmica são aqueles que têm menor
933 capacidade de resposta aos impactos. Bom, depois que a gente fez a síntese
934 da Sensibilidade Ambiental e a Potencialidade Social, a gente jogou os
935 empreendimentos hidrelétricos futuros. Os empreendimentos futuros na
936 ANEEL, que é o órgão regulador de energia elétrica do Brasil, do país, tem
937 todo o inventário hidrelétrico da bacia, de todas as bacias é feito um
938 inventário hidrelétrico. Então o São Francisco tem. O Araguari tem. Quer
939 dizer, e lá está previsto todo o potencial de geração de energia dessa bacia.
940 Então nós estamos considerando o cenário atual, que é o que já existe lá

941 hoje das hidrelétricas e até 2016. A gente considerou o cenário de médio
942 prazo, que são os projetos de aproveitamento hidrelétrico que já tem projeto
943 básico aprovado na ANEEL, todos eles são e com cenário até 2016. E
944 consideramos um cenário de longo prazo, os eixos disponíveis, são eixos
945 que ainda não tem projeto básico aprovado na ANEEL. Então já é um
946 cenário mais de longo prazo e previsto até 2036. Então hoje nós temos lá na
947 Bacia do Araguari, o Capim Branco II, Capim Branco I, UHE Miranda, UHE
948 Nova Ponte, aqui tem a PCH Pai Joaquim e a PCH Cachoeira dos Macacos,
949 essas já existem lá hoje. Ali na Bacia do Uberabinha tem a PCH Malagone e
950 a PCH Martins. Aqui na Bacia do Rio Claro tem uma CGH que é uma
951 geração de energia pequena, CGH Barro Preto e ali em Pratinha tem a CGH
952 Pratinha aqui. Esses são os empreendimentos no cenário atual. Então no
953 cenário de médio prazo tem 10 projetos de PCH já com projetos básicos
954 aprovados na ANEEL e uma PCH outorgada, porém ela não foi implantada.
955 Essa chegou a ter a licença prévia, mas por falta de Avaliação Ambiental
956 Integrada ela foi suspensa, o Ministério Público suspendeu a licença dela até
957 que seja aprovada a Avaliação Ambiental. Então são 11 não é? E no cenário
958 de longo prazo nós temos 12 eixos disponíveis de hidrelétricas ainda sem
959 nenhum empreendedor e tem um potencial de geração. Então se você vê,
960 essas são as hidrelétricas atuais. Quando você vê aí no curto prazo, no
961 médio prazo, você tem no Rio Uberabinha, PCH Machado, Cachoeira do
962 Miné, Buriti, Dias, Bom Jardim. Ali no Rio Claro você tem a Fazenda Salto.
963 No Araguari tem a Cauá, Perdizes, Sacramento, Inferno, Desemboque. Aí no
964 longo prazo você tem as verdinhas que é a Varginha, Rio Claro, Cachoana,
965 Prata, Canoas, Fula, Nunes, essas são as PCH's previstas. Então aqui no
966 Alto São Francisco nós temos a PCH Nunes que está aqui na URC Alto São
967 Francisco e se ela vier a ser licenciada um dia, vai ter que ser licenciada aqui
968 nessa URC. Bom, aqui no Quebra-Anzol, ainda tem mais 03 hidrelétricas que
969 é Serrote, Morro Alto e Quebra-Anzol, também não tem projeto aprovado,
970 mas são eixos disponíveis. Pegando, a gente, a identificação de impacto. A
971 gente pegou todos, de todos esses empreendimentos, nós levantamos uma
972 série de informações sobre eles, todas informações de reservatório,
973 regularização, termo de residência, potencial espeleológico da região, se
974 atinge vegetação, se não atinge, extensão do rio, qual a participação
975 socioeconômica, uso do solo, se tem comunidade próxima, se não tem. E
976 para cada empreendimento desse a gente avaliou a intensidade dos
977 impactos de cada empreendimento desse. E espacializamos isso, nós vamos
978 ver aqui, os impactos e para cada cenário. Então isso aqui é um exemplo de
979 como foi classificado. No caso a área do reservatório, menor que 50
980 hectares, a gente considerou muito baixo. De 50 a 100 hectares baixo. E
981 acima de 1000 hectares a gente considerou muito alto. A gente, isso aqui na
982 parte técnica a gente discutiu muito, o quê que seria alto, o quê que seria
983 baixo. E assim, no caso de peixes aqui, por exemplo, se interferia em um

984 trecho menor que 10 quilômetros de rio ainda sem interferência, a gente
985 considerou o sistema baixo. Agora se interfere em um trecho de rio acima de
986 180 quilômetros, ele é muito alto. Porque o impacto seria muito alto, porque
987 vai interromper, de 180 quilômetros é o trecho que o rio, que os peixes
988 conseguem fazer a migração, a migração de longa distância e somente
989 algumas espécies específicas fazem isso, então depende do rio de longa,
990 então o impacto na cidade seria muito alta. Então a gente definiu os
991 impactos. Principais impactos dos recursos hídricos e ecossistemas
992 aquáticos causados por hidrelétricas, no caso aqui foram 08 impactos que a
993 gente definiu e espacializou cada um. Alteração do rio, transformando de
994 (trecho incompreensível) e mudança da ictiofauna, interferência em rota
995 migratória, impacto de peixe. Interferência em comunidade a isso, a jusante
996 em função do regime de operação abaixo da barragem, se tem, se causa
997 interferência. E o transporte de sedimentos da bacia, se altera. A qualidade
998 das águas. Disponibilidade hídrica superficial. Fisiografia pluvial. Mudanças
999 do Pato Mergulhão, se interferir em áreas de Pato Mergulhão. No caso do
1000 meio físico e ecossistema terrestre, a gente definiu esses, mais esses
1001 impactos que seria perda de vegetação e hábitos, redução da biodiversidade,
1002 interferência em áreas protegidas e unidades de conservação, perda de
1003 função reguladora da cobertura vegetal, potencial de desenvolvimento de
1004 processo erosivos e perda de patrimônio espeleológico e paleontológico. No
1005 meio socioeconômico também definimos mais esses impactos. Aumento do
1006 risco por infração de doenças de veiculação hídrica, seria com a formação do
1007 reservatório, aspectos que contornam, como as fontes de vida da
1008 comunidade, alteração do sistema de produção, fluxo de circulação e
1009 comunicação, uso econômico do solo, interferências em vínculos culturais da
1010 sociedade. E esses impactos 20 e 21 são impactos positivos, que com a
1011 construção do empreendimento poderia aumentar a arrecadação tributária,
1012 melhorar a dinâmica de mercado de trabalho do município, potenciais usos
1013 futuros do reservatório como o turismo, por exemplo, se futuramente o
1014 reservatório pode servir a ser ponto turístico, e o impacto de perda de
1015 patrimônio cultural, arqueológico e material. Então a gente, para cada
1016 impacto desses, nós avaliamos a significância, a intensidade e abrangência e
1017 espacializamos esses impactos, para cada empreendimento hidrelétrico e
1018 também cruzamos e geramos mapa de impacto. Então aqui no caso dos
1019 recursos hídricos, ecossistemas aquáticos, geraram mapas do sistema atual,
1020 considerando os empreendimentos que existem hoje e no cenário de médio
1021 prazo, quais seriam os impactos sobre os recursos hídricos. Você vê que
1022 aqui a Bacia do Araguari ela está com os efeitos, não tem hidrelétrica aqui
1023 hoje, então é baixo. Passa por um cenário de médio prazo, com a
1024 implantação de algumas hidrelétricas, já muda o cenário dessa porção da
1025 bacia, e aqui nessa região não tem nenhum empreendimento, então se
1026 mantém. E a longo prazo, com aqueles empreendimentos de longo prazo, aí

1027 a situação da bacia já muda por completo, porque já entra os
1028 empreendimentos do Quebra-Anzol e também outros empreendimentos aqui
1029 na bacia do Alto Araguari, já muda bem de figura. E fizemos isso também por
1030 meio físico e ecossistemas terrestres, onde se vê hoje essa parte em
1031 vermelho, é onde já teve os impactos das grandes hidrelétricas existentes,
1032 Nova Ponte, Miranda. E no cenário de médio prazo você vê aqui as
1033 hidrelétricas previstas para o Araguari, onde já muda os efeitos dos impactos
1034 seriam sentidos nessa região em médio prazo. E a longo prazo, já tem outras
1035 hidrelétricas no Araguari, Quebra-Anzol e o Rio Uberabinha. Então esses
1036 seriam mapas de impactos. Bom, também para o meio socioeconômico, para
1037 os impactos dos meios socioeconômicos a gente espacializou, mesma
1038 situação. Hoje aqui os impactos atuais nos municípios que já sofreram
1039 alguma interferências dos empreendimentos atuais, aqui com os
1040 empreendimentos a médio prazo e aqui a longo prazo. Então a gente fez o
1041 mapa de sensibilidade e os mapas de impactos. Esse aqui ainda é o mapa
1042 de impactos positivos que os empreendimentos podem causar nos
1043 municípios. Também você vê aqui que altera, que o cenário atual pode ter
1044 um impacto positivo em alguns empreendimentos. Depois que fizemos a
1045 Sensibilidade e os Impactos, a gente fez os mapas de Vulnerabilidade
1046 Ambiental. Que na verdade é a sobreposição dos mapas de Sensibilidade,
1047 mapa de Impacto sobre a sensibilidade e para cada tema, os recursos
1048 hídricos, ecossistemas terrestres. Nós só sobreposmos os impactos sobre a
1049 sensibilidade, nós temos os mapas de vulnerabilidade da bacia a médio
1050 prazo e a longo prazo e também temos o meio físico e ecossistema terrestre
1051 também temos o mapa de vulnerabilidade de médio prazo e longo prazo. A
1052 mesma coisa dos meios socioeconômicos de vulnerabilidade dos municípios
1053 a médio prazo e a longo prazo. A gente gerou um mapa que chama
1054 Capacidade de Respostas. O mapa de impacto positivo cruzando com o
1055 mapa de capacidade de respostas, gerou o Mapa de Capacidade de
1056 Resposta do Médio e Longo Prazo, também da bacia. Depois que a gente
1057 fez toda essa análise da sensibilidade e dos impactos, a gente analisou
1058 nessa parte daí, a gente vê a sinergia entre os impactos e a cumulatividade
1059 entre os impactos e analisa todos os empreendimentos em conjunto. Então
1060 esses são todos os impactos e a gente avaliou qual seria a sinergia e a
1061 cumulatividade por impacto na bacia. E essa análise disso gerou o que é o
1062 resultado da Avaliação Ambiental Integrada que são as diretrizes do tema
1063 recursos hídricos, ecossistemas aquáticos, diretrizes do meio físico e
1064 ecossistemas terrestres e as diretrizes por tema socioeconomia e patrimônio
1065 cultural. Esse é o resultado da avaliação integrada, onde, então a gente
1066 gerou, nós temos diretrizes de gestão ambiental da bacia. Então são 12
1067 diretrizes para recursos hídricos, 02 para recursos hídricos e ecossistemas
1068 terrestres, 06 para meios físicos e 02 para meio socioeconômico. Temos
1069 recomendações para estudos complementares na UPG como estudos para

1070 ictiofauna, como rota de migração e conhecimento melhor da ictiofauna da
1071 bacia. E temos também um estudo complementar que é Estudar Melhor o
1072 Pato Mergulhão na Bacia. Isso são indicações para os estudos. E temos
1073 indicação de diretrizes para o Licenciamento Ambiental dos
1074 empreendimentos hidrelétricos na UPGRH. A gente definiu 03 para o
1075 planejamento, são 10, isso aqui são só números. Mas essas diretrizes que
1076 estão descritas detalhadamente lá na Avaliação Ambiental Integrada, mas a
1077 gente fez um quadro resumo onde se tem a diretriz, abrangência da diretriz,
1078 qual o empreendimento que ela se aplica e quem seria o responsável por
1079 essa implantação dessa diretriz. Aqui no caso são as diretrizes gerais para a
1080 gestão dos recursos hídricos. Essas diretrizes elas já estão contempladas no
1081 Plano Diretor de Recursos Hídricos da bacia. Então a responsabilidade seria
1082 do comitê e da Semad, do IGAM, do poder público municipal não é? Eu não
1083 vou ficar passando uma por uma porque acho que aqui. Elaborar o Plano
1084 Municipal de Saneamento Básico, isso aqui é responsabilidade da prefeitura
1085 não é? Então assim, são diretrizes que já estão lá. Já estão no Plano Diretor.
1086 Essas são outras: Definir critério de corpo d'água; definir prioridade de uso;
1087 saber a lei de Política da Barragem, tem que ser atendida em todos os
1088 empreendimentos, todos os empreendimentos tem de atender a legislação;
1089 atender a legislação, é responsabilidade dos empreendedores da bacia.
1090 Temos diretrizes para recursos hídricos, seria: Manutenção e monitoramento
1091 da qualidade da água, das superficiais integradas que a gente entende que a
1092 responsabilidade seria do Semad e IGAM; estimular programas de condição
1093 do saneamento da bacia, também é o comitê que tem que desenvolver.
1094 Diretrizes gerais para meio físico: uma rede integrada de transporte de
1095 sedimento da bacia, isso não, a bacia não tem isso, então quem teria que
1096 fazer? Os empreendedores teriam que se juntar para fazer esse trabalho;
1097 implantar ações para embasar a criação de Unidade de Conservação de
1098 proteção integral, a gente está indicando uma possível criação de unidade de
1099 conservação para proteção do Pato Mergulhão no Alto Araguari, seria o
1100 Semad e o IEF o responsável; a implantação do programa de qualidade das
1101 águas, como já tem o Cultivando Água Boa da Itaipu Binacional, se estender
1102 também para a Bacia do Araguari, seria o comitê; Elaboração do Plano
1103 Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório Pacuera e
1104 realmente implementar ele, seria responsabilidade dos empreendedores. Do
1105 meio socioeconômico seria: articulação entre atores dos setores
1106 hidrelétricos, seria eles conversarem mais em respeito de todas, assim fazer
1107 articulação em todos os empreendedores da bacia, celebrar convênios com o
1108 poder público, os empreendedores seriam os responsáveis por isso; aquela
1109 parte que eu falei de estudos complementares, no caso de Avaliação do
1110 Processo Migratório de peixes na Bacia do Araguari e aqui a gente define
1111 que tem que melhorar o conhecimento da rota migratória de peixes no Alto
1112 Araguari acima da UHE Nova Ponte e no Quebra-Anzol, são dois trechos de

1113 rios como tem maior sensibilidade, você tem que estudar melhor essa
1114 ictiofauna e conhecer melhor antes de implantar esse empreendimentos.
1115 Aqui a gente lista quais seria as PCH's que teriam que cumprir essa, fazer
1116 essa diretriz, entendeu? A mesma coisa, completar o andamento da
1117 ictiofauna, também na mesma região, incluímos a sub-bacia do Rio Claro
1118 que é outra bacia afluyente do Araguari e quais seriam as PCH's que também
1119 teriam que cumprir essa diretriz. Os responsáveis são os empreendedores
1120 dessas PCH's certo? São estudos que tem que ser elaborados na fase de
1121 Licenciamento Ambiental. Aqui no caso o Pato Mergulhão também tem que
1122 se melhorar o conhecimento do Pato Mergulhão nas bacias, no Quebra-
1123 Anzol do Araguari e também do Rio Claro. O Rio Claro, o Araguari ele existe,
1124 o Pato Mergulhão já se conhece que ele tem, mas o Quebra-Anzol ainda não
1125 se achou o pato lá. O Quebra-Anzol a princípio eles acham que é por causa
1126 da qualidade da água que o pato não ocorre, porque o pato só se alimenta
1127 em água limpa, ele não vive em água suja. E a Bacia do Quebra-Anzol tem
1128 um sedimento, um transporte de sedimento muito forte, então a gente, a
1129 Terra Brasilis que foi responsável, acredita que o pato não ocorra lá porque
1130 ele não consegue enxergar o peixe, a água está turva, ele não consegue
1131 mergulhar e ver o peixe. O Araguari ele é água limpa, então ele consegue
1132 pescar. O Rio Claro tem todas as condições para ter o pato, água limpa e
1133 mata ciliar preservada, mas o pato não foi enxergado lá, então tem que saber
1134 se ele ocorre lá é melhor. Então esses são os empreendedores que tem que
1135 fazer esse estudo do Pato Mergulhão na bacia. Para os processos de
1136 Licenciamento Ambiental são algumas ações que já são previstas na lei, que
1137 é o controle ambiental de afluentes, monitoramento da qualidade da água.
1138 Aqui no caso do Rio Uberabinha, o Rio Uberabinha recebe todo o esgoto de
1139 Uberlândia, então a qualidade da água do Rio Uberabinha é muito ruim, os
1140 reservatórios que já existem lá tem alta eutrofização, o desenvolvimento de
1141 macrófita é muito grande. Com previsão de implantação de outros
1142 empreendimentos naquela mesma bacia abaixo de Uberaba, de Uberlândia,
1143 pode ser que a qualidade da água piore, então tem que se fazer uma
1144 modelagem como que vai ficar essa água com a implantação desses
1145 empreendimentos. O monitoramento da água do Rio Claro. A nascente do
1146 Rio Claro é a captação de Uberaba e tem uma série de produtores rurais,
1147 com uso intensivo de agrotóxicos, e então a qualidade da água tem que ser
1148 monitorada. E também no Quebra-Anzol também esses PCH's tem que sim
1149 fazer um monitoramento efetivo da qualidade da água no Quebra-Anzol. Os
1150 empreendimentos também da Bacia do Araguari, Quebra-Anzol tem que se
1151 prever o monitoramento do Pato Mergulhão na fase de licenciamento. A
1152 gente propôs uma ação na fase de licenciamento que é apoio à conservação
1153 do solo na Bacia do Quebra-Anzol. Igual eu falei, o uso intensivo tem
1154 causado o assoreamento grande da bacia. Então a gente está propondo um
1155 programa de conservação do solo para os proprietários rurais, os

1156 empreendedores apoiam esse programa. A gente está propondo na Bacia do
1157 Quebra-Anzol a criação da unidade de conservação para peixe, acho que já
1158 é uma determinação acho já do pessoal do comitê e do Plano Diretor de
1159 Recursos Hídricos. Porque o Quebra-Anzol é importante para a reprodução
1160 de peixes. Tem que se avaliar a necessidade de transposição de peixes em
1161 todos os empreendimentos hidrelétricos na bacia e proposição de medidas
1162 mitigadoras para a ictiofauna. Além da avaliação da disponibilidade hídrica
1163 para cada empreendimento em função que a bacia tem um consumo de
1164 água considerável para a irrigação. Então cada empreendimento tem que ser
1165 levado em consideração isso aí. Aperfeiçoar uma articulação entre o poder
1166 público e os órgãos ambientais para a conservação dos ecossistemas
1167 terrestres. Destinação de recursos de compensação ambiental dos
1168 empreendimentos hidrelétricos, direcionar para a bacia, porque muitas vezes
1169 o recurso que é gerado pelas usinas para os municípios, eles não são
1170 destinados para a bacia, eles são destinados para outras bacias. No caso da
1171 PCH Fula e Nunes, é aquela que está aqui na UPGRH que tem que solicitar
1172 a anuência do Parque Nacional da Serra da Canastra, isso está até previsto
1173 em lei, porque está na zona de amortecimento. E apoio a criação da APA
1174 Chapadão do Bugre na nascente do Rio Uberabinha, Rio Claro e
1175 Uberabinha, que é a captação de água de Uberlândia e de Uberaba. Então a
1176 gente está propondo que seja criada essa APA. E aqui a parte
1177 socioeconômica que são aqueles programas tradicionais de hidrelétricas e
1178 impacto socioeconômico: negociação; indenização, fazer uma negociação
1179 transparente; fazer um sistema, um programa de Comunicação Social bem
1180 feito; avaliar a questão de comunidades mais sensíveis, a presença de
1181 comunidades mais sensíveis. No caso se a da Uberabinha tem interferência
1182 em área urbana da cidade de Uberaba, de Uberlândia, essas PCH's Buriti,
1183 Dias e Bom Jardim, elas estão em zona urbana e zona de expansão urbana,
1184 então elas têm que ser bem avaliadas. No caso de algumas PCH's tem
1185 interferência em assentamentos do INCRA, então essas PCH's Baixada do
1186 Morro Alto e Quebra-Anzol elas tem interferência com assentamentos. Elas
1187 têm que ser levadas em consideração a manifestação do INCRA sobre esses
1188 empreendimentos. Avaliação do mercado imobiliário, se vai ter habitação
1189 disponível na fase de obra, quando chega muita gente para o município pode
1190 transformar causar impacto nos municípios. O uso econômico do solo.
1191 Comunicação social, igual eu falei. Então essas de uso socioeconômico são
1192 todos já previstos na legislação, acho que a gente só está reforçando para
1193 potencializar os impactos positivos que podem ser causados. Então é isso. A
1194 Avaliação Ambiental ela é importante, porque acho que vai orientar a
1195 SUPRAM no Licenciamento Ambiental desses empreendimentos na bacia e
1196 que ela dá diretrizes para cada empreendimento e acho que ela pode ser
1197 usada também para outros empreendimentos na bacia, não só para o setor
1198 hidrelétrico e a Avaliação Ambiental a gente não indica nem a viabilidade,

1199 nem a inviabilidade dos empreendimentos. Nós só indicamos onde é mais
1200 sensível e mais, porque quem vai viabilizar o empreendimento é no caso a
1201 Supram e os técnicos que vão decidir é o COPAM. E a gente recomenda não
1202 se construir as hidrelétricas do Quebra-Anzol, em função dos peixes e não
1203 recomenda a construção das hidrelétricas do Alto Araguari no entorno do
1204 parque. Está recomendado, mas é recomendação, a gente não pode
1205 inviabilizar ou viabilizar empreendimentos. E essa avaliação deve servir de
1206 termo de referência para os estudos ambientais que vão ser desenvolvidos
1207 para essas PCH's. E durante o processo do licenciamento serve também
1208 para se pedir estudos complementares e condicionantes de aprovação
1209 dessas hidrelétricas. Essa que é o objetivo da avaliação, eu acho que é uma
1210 ferramenta importante para o planejamento ambiental e para te dá uma visão
1211 geral da bacia e onde pode o empreendimento onde não se pode. E acho
1212 que apesar de não estar grande parte está na Bacia do Araguari, eu acho
1213 que isso pode ser desenvolvido para outras bacias, não só para
1214 empreendimentos de hidrelétricas, mas para os empreendimentos,
1215 desenvolvido para todos os empreendimentos onde você tem uma visão da
1216 bacia, o quê que pode e o quê que não pode naquela bacia não é? Acho que
1217 seria mais fácil para se planejar ambientalmente o empreendimento, a
1218 implantação de empreendimento na bacia. Isso já é feito em outros estados,
1219 como o Rio Grande do Sul. O Rio Grande do Sul se tem Avaliação Ambiental
1220 Integrada para reflorestamento, para hidrelétrica, para mineração, para tudo.
1221 Então quer dizer, quando o cara quer chegar e quer falar assim: 'Eu quero
1222 fazer um reflorestamento em tal área.', 'Não, não pode. Essa área aqui em
1223 sensível, não pode fazer reflorestamento aqui.' Não licencia. Você não
1224 precisa nem entrar com o FCE entendeu? Então assim, acho que isso pode
1225 ser uma ferramenta interessante de Gestão Ambiental da Bacia não é?
1226 Vários Estados já tem, Goiás também tem o sistema dele, a Bahia está
1227 implantando agora. Então eu acho que é uma ferramenta importante que
1228 devia ser desenvolvida e que pode ser feita aqui na Bacia do Alto São
1229 Francisco. Acho que é isso, acho que não sei se deu para dar uma geral, é
1230 muito grande e realmente é muito complexo o entendimento de tudo. O
1231 Cássio quer falar? O Cássio chegou agora da SEMAD, ele acompanhou a
1232 elaboração da Avaliação Ambiental. E eu acho que ela, esse documento vai
1233 estar disponível, não é Cássio? Cássio, SEMAD: "Bom dia senhoras e
1234 senhores Conselheiros e demais presentes. Esse estudo de AAI que foi
1235 apresentado pelo Eduardo, ele está disponível no site da Semad, no sítio
1236 eletrônico da Semad, na aba de gestão ambiental. E ele foi analisado por nós
1237 da Diretoria de Estudos e Projetos Ambientais. Foram feitas duas
1238 complementações e um terceiro Parecer Técnico que atendeu ao disposto no
1239 Termo de Referência anexo único da Deliberação Normativa COPAM 75. É
1240 isso. À disposição para maiores esclarecimentos." Eduardo Andrade,
1241 representante da empresa de consultoria: "Eu só quero completar porque a

1242 gente começou a fazer a Avaliação Ambiental Integrada, A Semad estava
1243 patrocinando um seminário sobre Avaliação Ambiental Integrada, não é
1244 Cássio? Isso foi em novembro de 2015, a gente estava no meio da
1245 caracterização, quando a gente ficou sabendo do seminário que a Semad
1246 estava organizando e as Avaliações Ambientais não chamavam o órgão
1247 ambiental. O órgão ambiental só pegava ela no final. Aí a gente conversou
1248 com o Cássio, com a Gabriela, com o Leonardo e chamamos eles para
1249 participarem dos nossos debates, então eles participaram dos nossos
1250 workshops. A gente fazia a primeira parte, apresentou para todo mundo,
1251 discutiui. A segunda parte também a Semad participou, deu opinião,
1252 mudamos, voltamos e eles e protocolamos a Avaliação Ambiental. Eles
1253 analisaram. Vou te falar que analisaram com detalhe, porque eles refizeram
1254 todos os cruzamentos de mapa, todos esses cruzamentos eles fizeram no
1255 órgão ambiental. Até assim, eu nunca vi isso. Eles acharam um errinho.
1256 Tinha um errinho pequeno na bacia lá e eles falaram: 'Está errado.' E
1257 realmente estava errado, um cruzamento errado, quer dizer, eles fizeram
1258 uma análise criteriosa, vou te falar que foi criteriosa porque pegaram
1259 detalhes e todos... teve 03 pareceres não é Cássio? 03 avaliações. Todas
1260 consistentes. Nós atendemos todos e por fim, acho que foi um trabalho legal,
1261 porque foi aprovado com... foi mais fácil a aprovação, porque se chegasse
1262 documento pronto, eles teriam que entender como é que tudo foi feito. E na
1263 verdade essa avaliação eles participaram do desenvolvimento. Então foi bem
1264 mais tranquilo, não é? Acho que é isso. Se tiver alguma pergunta, estamos aí
1265 à disposição." Não se identificou: "(Trecho incompreensível)." Eduardo
1266 Andrade, representante da empresa de consultoria: "A questão do dado
1267 secundário, ela está prevista no Termo de Referência da DN. Até esse
1268 workshop que a Semad organizou em 2015, eles já estavam pensando em
1269 melhorar o Termo de Referência, porque o Termo de Referência é genérico e
1270 ele não se adequa a todas as bacias, o Estado é muito grande, as bacias são
1271 diversas. Então tem um pensamento da Semad de mudar, de alterar esse
1272 Termo de Referência para melhorar isso até usando essa aí seria uma
1273 referência para outros estudos no Estado. O dado secundário está prevista
1274 na DN e assim mesmo, agora a escala é essa, e escala de trabalho é essa.
1275 Esse detalhe que vai se ter, isso se joga tudo para o EIA/RIMA. O EIA/RIMA
1276 é que tem que informar, entendeu? O EIA/RIMA ele tem que analisar não o
1277 empreendimento sozinho, ele tem que analisar todos, entendeu? Ele tem que
1278 prever os impactos cumulativos e sinérgicos de outros empreendimentos da
1279 bacia, entendeu? Isto está previsto no Conama. O Conama 001 do EIA/RIMA
1280 e ninguém faz isso. Tem que se avaliar o conjunto de empreendimentos e
1281 não só se implantar um é uma coisa, se implantar dois é outra não é? E a
1282 escala de trabalho, o detalhe você vai conseguir no Licenciamento
1283 Ambiental, entendeu? Isso aqui realmente é macro mesmo, a escala você
1284 não consegue detalhar muito, a gente trabalhou com muitos estudos

1285 ambientais que seriam dados, levantamento de ictiofauna da bacia, quer
1286 dizer, a gente pegou bastante informação de dados que foram coletados na
1287 bacia. Como do Pato Mergulhão, por exemplo, a Terra Brasilis trabalha há 15
1288 anos na bacia, ela tem todas as informações do Pato Mergulhão, inclusive
1289 eles foram a campo. Eles foram a campo para pesquisar algumas bacias se
1290 achava o pato não é? A questão de peixe, já é bastante estudada no Alto
1291 Quebra-Anzol, tem vários trabalhos da Cemig de Nova Ponte. Então quer
1292 dizer, a gente trabalhou com essas informações. Uso do solo, a gente pegou
1293 uma imagem de satélite de 2015 e atualizou ela, quer dizer, são informações
1294 consistentes, entendeu? Mas esse nível de detalhe tem que ser feito na parte
1295 de licenciamento. Na fase de Licença Prévia, onde o estudo ambiental é o
1296 que vai apontar esses detalhes. A gente tem uma espécie ameaçada, por
1297 exemplo, na bacia que é a Andorinha do Ninhal, ela só ocorre nas pedras em
1298 cima do rio, a gente não consegue, não consegue saber onde que ela ocorre
1299 nessa escala. Quem vai indicar isso é o EIA/RIMA, se ela ocorre. As são
1300 espécies ameaçadas quem tem que ver é o EIA/RIMA. Nessa escala, isso aí
1301 seria assim, não sei se você consegue ver no cenário como seria as
1302 condições e onde você tem que atuar, quais empreendimentos a Supram
1303 pode inviabilizar ou não. Não a gente não é? Nós estamos indicando essa
1304 área é sensível, entendeu? Por exemplo, a gente recomenda que as PCH's
1305 do Quebra-Anzol não sejam feitas, por que elas são reservatórios extensos,
1306 ela tem potencial de assoreamento do reservatório muito grande, ela está
1307 pegando áreas produtivas muito chacreamento e tem reprodução de peixe. É
1308 um trecho importantíssimo para a reprodução de peixe. A gente pode
1309 recomendar que elas não sejam feitas, mas quem vai inviabilizar é a Supram
1310 e o EIA/RIMA não é? O EIA/RIMA tem que viabilizar, provar que é viável não
1311 é? Entendeu? É na Licença Prévia." Não se identificou: "(Trecho
1312 incompreensível)." Eduardo Andrade, representante da empresa de
1313 consultoria: "Uhum. Sim. Uhum. É. Sim. É o ZEE do Estado. O Termo de
1314 Referência da DN Copam fala que você tem utilizar o ZEE do Estado. Nós
1315 nem chegamos a utilizar o ZEE do Estado em função que ele está
1316 desatualizado, e ele é mais macro também, não é? Então nós fizemos um
1317 mapeamento mais sem utilizar o ZEE e citamos ele, mas não usamos ele
1318 como referência. E ele está desatualizado e ele teria que ser atualizado.
1319 Como esse trabalho também tem que ser atualizado periodicamente. O ZEE
1320 do Estado é de 2008, ele já vai para 10 anos com os dados utilizados em
1321 2006, quer dizer ele é totalmente desatualizado. Quer dizer, esse trabalho
1322 também ele foi feito agora, mas ele tem que passar por uma revisão, sei lá, a
1323 cada 05 anos, eu acho que uma data. E refeito todo o mapeamento de todo o
1324 zoneamento de novo com todos os empreendimentos, como novos usos da
1325 bacia. Acho que é por aí, entendeu?" Não se identificou: "(Trecho
1326 incompreensível)." Eduardo Andrade, representante da empresa de
1327 consultoria: "Se tiver mais alguma pergunta acho que é isso. Obrigado.

1328 Estamos à disposição lá na Sete, Eduardo Andrade o meu nome e eu vou
1329 passar o contato para disponibilizar para o URC e disponibilizar também o
1330 site onde está, vou passar um e-mail para o URC. Vou colocar aqui, Onde
1331 está o site dos arquivos não é?

**** **

1332

APROVAÇÃO DA TRANSCRIÇÃO

1333

1334

1335

1336

1337

Presidente Diogo Soares de Melo Franco